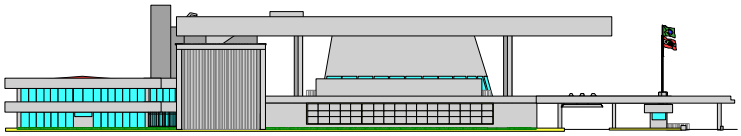
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 09 DE ABRIL DE 2008 | NÚMERO 5.876

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1888**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Publicações Diversas
Audiência Pública.....2
Atas das Comissões Permanentes 21
Extratos 22
Lei 22
Projetos de Lei.....23

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DISCUTIR SOBRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS PREVISTAS A SEREM IMPLANTADAS EM SANTA CATARINA PELO GOVERNO FEDERAL (RESERVA EXTRATIVISTA DE GAROPABA E IMBITUBA, BAIA DA BABITONGA E CAMPOS DE ALTITUDE DE LAGES), REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2008, ÀS 9H30MIN, NO AUDITÓRIO DA ALESC

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Damos por aberta a audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça para discutir a reserva extrativista de Garopaba e Imbituba.

Chamamos para compor a mesa o excelentíssimo senhor deputado estadual Joares Ponticelli, membro da Comissão de Constituição e Justiça; o excelentíssimo senhor deputado federal Valdir Colatto; o excelentíssimo senhor secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, deputado Onofre Agostini; o excelentíssimo senhor deputado federal Odacir Zonta; o excelentíssimo senhor deputado estadual Décio Góes; o excelentíssimo senhor deputado estadual Pedro Uczai, membro da Comissão de Constituição e Justiça; o excelentíssimo senhor deputado estadual Professor Grando; o excelentíssimo senhor deputado estadual Edison Andrino, membro da Comissão do Meio Ambiente; o excelentíssimo senhor deputado estadual Reno Caramori, presidente da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano; o senhor Américo Ribeiro Tunes, superintendente estadual do Ibama de Santa Catarina; o excelentíssimo senhor Carlos Leomar Kreuz, presidente da Fatma; o excelentíssimo senhor José Roberto Martins, prefeito de Imbituba; o excelentíssimo senhor Luiz Carlos da Silva, prefeito de Garopaba; o excelentíssimo senhor Volnei Adolfo Zanela, prefeito do município de Paulo Lopes; e o senhor Antônio Carlos Teixeira, representando as colônias de pescadores de Imbituba e Garopaba.

Com a palavra o deputado estadual Joares Ponticelli, que presidirá os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - A nossa saudação a todas as senhoras e senhores. Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública.

Gostaria de saudar todas as autoridades da mesa já nominadas pelo protocolo, a imprensa e as comunidades, em especial, as de Imbituba e Garopaba.

Nós propusemos, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, a realização desta audiência pública para que pudéssemos extrair um encaminhamento face os diversos questionamentos que estão existindo nesses dois municípios desde a decisão do governo federal de implementar a reserva extrativista.

Para informação dos demais parlamentares e membros da mesa, já foram realizados em dezembro eventos nos municípios de Garopaba e Imbituba, com uma grande participação de público, exatamente como hoje, e entendemos que a Comissão de Justiça desta Casa, a Assembléia Legislativa, também deveria criar um espaço, criar oportunidades para que os dois lados possam se manifestar.

Como o assunto é extremamente polêmico, sabemos que nesta audiência muitos vão querer falar. Portanto, pedimos aos dois lados que colaborem, que consigam conter os ânimos para podermos extrair daqui um encaminhamento que seja bom para as comunidades interessadas e para Santa Catarina.

Infelizmente, tivemos um atraso de quarenta minutos, em função de alguns problemas de ordem técnica, mas temos que estabelecer um horário para o término desta audiência. A proposta que faço é que seja reduzido o tempo das manifestações dos dois lados. Podemos acordar em terminar às 13h? Acho que é um bom tempo. Se os dois lados forem sucintos, objetivos, penso que três horas serão suficientes para podermos encaminhar. *(A plenária aquiesce.)*

Solicito ao protocolo que nomine as demais autoridades presentes.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Registramos a presença das seguintes autoridades: senhora Valmira Sebold Branco, vereadora do município de Imbituba; senhor Elísio Sgrott, vereador do município de Imbituba; senhor Antônio Cardoso Vieira, vereador do município de Garopaba; senhor Maurício, vereador do município de Garopaba; senhor Jucélio de Souza, vereador do município de Garopaba; senhor Diomar de Amorim, secretário municipal do Desenvolvimento Social de Garopaba; senhor Joaquim Paulo Guarache Leonardo, diretor da Associação Empresarial de Imbituba e do Conselho Político e Empresarial da Região Sul; senhor Domingos Zancanaro, representando a deputada federal Ângela Amin; senhor Christiano Lopes de Oliveira, vereador do município de Imbituba, representando a Câmara de Vereadores; senhora Carolina De Luca, advogada; senhor Roberto Simões de Bona, secretário municipal do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Imbituba; senhor Targino Henrique de Souza, vereador de Garopaba; e senhor João de Sena Silveira, vice-prefeito de Garopaba.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Para iniciarmos os trabalhos, vamos abrir um tempo necessário para a explanação. Depois, o lado questionador terá a mesma oportunidade.

Inicialmente, passo a palavra à doutora Érika Fernandes Pinto, coordenadora técnica de criação e gestão de reservas extrativistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

Esta é uma audiência pública democrática. É preciso que sejam respeitadas todas as pessoas que vão se manifestar. Portanto, vamos ouvi-la. O outro lado também vai poder se manifestar.

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Bom-dia a todos.

Gostaria de saudar as autoridades, os moradores de Imbituba e de Garopaba e os demais presentes, especialmente a comunidade de pescadores artesanais e seus familiares, demandantes da reserva extrativista da pesca artesanal de Imbituba e Garopaba.

Nós agradecemos à Assembléia Legislativa, especialmente à Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, com quem a gente já tem toda uma agenda estipulada para a discussão desse tema.

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Doutora Érika, peço permissão para convidar o deputado federal Edson Bez de Oliveira para compor a mesa. *(Palmas.)*

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Dando continuidade, o convite para esta audiência, inicialmente, foi feito ao Ibama, e aí agradecemos também ao seu superintendente, o senhor Américo, porque recentemente, no ano de 2007, foi criada uma nova autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente que responde hoje pela criação e gestão das unidades de conservação e dos centros de pesquisa da biodiversidade no Brasil, que é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Foi um desmembramento da estrutura do Ibama, estamos num período de transição. Então, tem toda uma parceria ainda acontecendo numa série de atividades - e eu trabalho vinculada à Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais, em que questão das reservas extrativistas está ligada.

(*Procede-se à projeção de imagens*.)

As unidades de conservação são regidas pela Lei federal nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e unidades de conservação, em geral, são espaços territoriais devidamente delimitados e seus recursos ambientais, que possuem características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação definidos e um regime especial de administração, e é uma prerrogativa constitucional a criação de unidades de conservação no território brasileiro.

Existem doze tipos de unidades de conservação, que se dividem em dois grandes grupos. As unidades de proteção integral têm como objetivo principal preservar a natureza, não permitindo o uso dos seus recursos naturais nem a permanência de população no seu interior, como os parques nacionais, as estações ecológicas e as reservas biológicas. Esse tipo de categoria de unidade permite, em alguns casos, visitação turística, mas não o uso de nenhum tipo de seus recursos nem a presença de moradores no seu interior.

Outro grupo são as chamadas unidades de uso sustentável, que têm o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais, como as reservas extrativistas, as áreas de proteção ambiental (aqui em Santa Catarina a gente tem a APA da Baleia Franca), as reservas de desenvolvimento sustentável e as florestas nacionais.

Cada uma dessas categorias apresenta uma série de particularidades, adequando-se mais a alguns casos e menos a outros, tem estruturas, propostas e formas de gestão diferenciadas - não há tempo hábil aqui para entrar em detalhes sobre todas elas, mas o escopo daquela lei que citei anteriormente fala de todas.

Outro fato muito relevante, especialmente para as reservas extrativistas, que são unidades de conservação voltadas para as populações tradicionais e extrativistas, é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, chamada vulgarmente de PNPCT, que foi instituída recentemente, em fevereiro de 2007, através do Decreto nº 6.040. Essa política faz parte de toda uma estratégia dos governos federal, estaduais e municipais de reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, que somam mais de cinco milhões de pessoas que ocupam, aproximadamente, 25% do território brasileiro - já são mais de trinta grupos fazendo parte desse contexto de povos e comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, mas existem muitas outras que se caracterizam por uma invisibilidade histórica e uma exclusão de uma série de processos de políticas públicas. Então, essa Política Nacional faz parte de toda uma estratégica de reconhecimento desses grupos sociais.

As reservas extrativistas, em particular, são definidas na lei como área utilizada por populações tradicionais extrativistas cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. O objetivo principal dessa categoria é proteger os meios de vida e cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais - a conservação da biodiversidade é um incremento a mais, o objetivo principal é que ela tem esse vínculo com a questão cultural, com a questão de modo de vida e de uso dos recursos da área.

Algumas características gerais das reservas extrativistas: são áreas de domínio público com uso concedido às populações tradicionais extrativistas da área geridas por um conselho deliberativo. Por lei, elas permitem a visitação pública, incentivam a pesquisa científica e têm suas normas e zoneamento definidos através de um instrumento técnico chamado plano de manejo.

Atualmente, a gente tem no Brasil 55 unidades dessas categorias, sendo 54 reservas extrativistas e uma reserva de desenvolvimento sustentável, que são as duas categorias voltadas para a população extrativista, criadas em 14 estados brasileiros - por enquanto, RDS tem uma só, porque é uma categoria recente, foi criada com aquela Lei do SNUC, de 2000, e o Resex é de uma legislação de 1990. Então, o número maior se explica um pouco em função disso, mas tem varias em processo de criação.

Dessas 55 unidades, 19 estão situadas na zona costeira marinha, 34 são florestais continentais e 5 no bioma cerrado, na região de Goiás, Maranhão, Tocantins.

Aqui é mais o menos o nosso mapa de distribuição das reservas extrativistas hoje - esse mapa está desatualizado, esses dados são de janeiro de 2007, ano em que também foram criadas mais duas unidades, as duas na zona costeira marinha.

A proposta das reservas extrativistas começou como uma proposta dos seringueiros da Amazônia - temos aqui um exemplo, só para ilustrar *(aponta para a imagem)*, mas rapidamente, já nos dois anos seguintes, expandiu para outros biomas brasileiros, como as matas de babaçu, no sul do Maranhão e Tocantins; no bioma cerrado a gente tem reservas em Goiás, Maranhão, propostas de criação no Piauí, várias que abrangem rios, lagos, mangues e estuários; e 21 instituídas na zona marinha costeira.

Este é o nosso mapa de áreas que estão em estudo para a criação de Resex ou de RDS. Todas essas áreas são demandas de populações locais por criação de unidades, diferentemente de outras categorias de unidade de conservação, que é o Poder Público que define onde elas devem ser criadas, aí com apoio de estudos - o processo começa a partir de uma solicitação de uma população local, tradicional ou extrativista.

Todas essas demandas que estão aí no mapa, aproximadamente 130, são demandas de populações tradicionais que estão em diferentes níveis de estudo, algumas iniciais e outras já com processo fechado, já encaminhado para a Casa Civil, mas é um processo crescente no Brasil, resultado desse reconhecimento das populações tradicionais, do acirramento de vários conflitos sócio-ambientais e da disputa pelo uso dos recursos naturais.

As reservas extrativistas especificamente são criadas com o objetivo de trabalhar conservação ambiental e uso sustentável dos recursos, manutenção e adaptação da cultura, dos modos de vida tradicionais e dos conhecimentos locais, inclusão social e melhoria de qualidade de vida.

Onde elas podem ser criadas? Não é em qualquer lugar que se aplica a criação de uma reserva extrativista. A área tem que conjugar, simultaneamente, a existência de uma população tradicional ou extrativista, recursos naturais que possam ser utilizados de maneira sustentável - se a área já está toda degradada, não se justifica a criação de uma unidade de conservação; interesse ecológico, ambiental e interesse social; uma base histórica, quer dizer, uma população que tenha uma relação histórica com aquele território, um modo de vida adaptado àquele local, toda uma história de gerações construída ali e, especialmente, o comprometimento com o futuro, ou seja, a comunidade tem que caminhar nesse sentido de atrelar o uso sustentável com a conservação ambiental.

Os procedimentos de criação para uma reserva extrativista são definidos no escopo da Lei nº 9.985, de 2000, no decreto que regulamenta, o Decreto nº 4.340, e na Instrução Normativa nº 3 do Instituto Chico Mendes, que foi homologada em setembro de 2007.

Este é o nosso roteiro oficial, publicado no Diário Oficial da União, de procedimento para a criação de reserva extrativista. Então ela começa com uma demanda, uma solicitação de uma população local ou suas representações e com abaixo-assinado, que nada mais é do que o indicativo da demanda. Ele não é peça comprobatória do processo de criação, é o indicativo de que existe uma demanda de uma população local numa determinada área. A partir disso, é feita uma vistoria institucional, emitido um laudo ou um parecer de viabilidade institucional, antes do Ibama e agora do Instituto Chico Mendes, de que aquela área tem potencial ecológico e social para ser uma reserva extrativista - ou esse laudo de viabilidade pode indicar que a área não tem potencial para ser uma reserva extrativista e encaminhar para uma outra forma de resolução dos conflitos.

A partir desse parecer, a gente abre um processo administrativo. Se ele for favorável à criação de uma reserva extrativista, a gente abre um processo administrativo dentro do Instituto Chico Mendes e o encaminha para a realização de estudos técnicos - a legislação nos obriga a realizar alguns estudos técnicos para embasar a proposta de criação. Esses estudos hoje consistem num estudo sócio-ambiental e num estudo fundiário quando envolve áreas continentais (quando envolve terra, tem que ter um estudo fundiário, mas quando envolve parte marinha ou parte estuarina esse estudo não é necessário), e um processo de mobilização comunitário ocorre em paralelo com a realização desses estudos.

Com base nos estudos, é feita uma proposta preliminar da área para a unidade. Quer dizer, a proposta da reserva extrativista só existe a partir do momento em que os estudos são feitos e indicam a melhor área para ser implantada essa reserva extrativista, levando em conta critérios sociais, critérios ambientais e critérios políticos.

Essa proposta de área é que é levada para o processo de consulta pública, que consiste em uma série de atividades, como a disponibilização dos estudos, a realização de oitivas junto às comunidades locais, reuniões públicas e consulta formal aos órgãos diretamente relacionados à área.

Depois da consulta pública e com base em tudo que foi levantado nesse processo, é feita a definição dos limites da proposta da reserva, são elaborados mapas, listas de pontos, memorial descritivo, e aí isso passa por toda uma análise processual dentro do Ibama, Instituto Chico Mendes, depois vai para o Ministério do Meio Ambiente, que é quem encaminha à Casa Civil, que responde pela decretação da reserva ao presidente da República, que, efetivamente, cria uma unidade de conservação - temos ali um item chamado Cartas de Apoio", que é só uma ressalva à questão da importância da construção de parcerias nesse processo.

Aqui, muito rapidamente, há uma série de instrumentos de gestão das reservas extrativistas, como o conselho deliberativo e o plano de manejo. Os documentos norteadores que a gente tem hoje para esses processos foram construídos em conjunto com as lideranças comunitárias de 52 reservas extrativistas existentes no Brasil na época, em dezembro de 2006.

Então, esse foi um exemplo de política pública de um órgão federal, que foi discutido com quem efetivamente é responsável por implementar e que sofre, direta e indiretamente, as conseqüências desse processo.

Esses instrumentos de gestão foram propostos pelo Instituto e discutidos com lideranças de todas as reservas criadas naquela época, e também estão publicados na forma de instrução normativa, no Diário Oficial da União, e estão disponíveis no *site* do Instituto Chico Mendes.

Aqui, alguns exemplos de programas de desenvolvimento implantados nas reservas após a criação. A população vinculada a reservas extrativistas é considerada beneficiária do Programa Nacional de Reforma Agrária. Então, tem direito a receber crédito de instalação e de fomento - essas duas fotos dizem respeito a realidades amazônicas; tem as casas antigas, uma feita de taipa, outra feita de palha, e a casa nova, que foi construída em função desses créditos.

Esses créditos podem ser usados não só para a construção... *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

Esses créditos são um direito das populações beneficiárias de reserva, e podem ser usados não só para a construção de casas, mas para reforma, para a aquisição de equipamentos - no caso das comunidades de pesca, podem ser usados para a aquisição de embarcação, de instrumentos de pesca...

(Manifestação da plenária fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Nós solicitamos respeito ao tempo que foi estabelecido. A doutora Érika deseja concluir a sua parte. Na seqüência, vamos ter o contraponto ao que está sendo posto.

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Obrigada.

Bom, outro exemplo são alguns programas de desenvolvimento e comercialização de produtos. Alguns projetos existentes hoje de formação de jovens, como o Casa Família Agrícola, Estaleiro Escola, Escola Ativa, Escola da Floresta, são parecerias interministeriais e interinstitucionais que têm as reservas extrativistas como foco de aplicação de recursos e de políticas.

Existem vários projetos de ecoturismo de base comunitária, em implantação ou implantados, e vários projetos também de inclusão digital em andamento.

O Programa de Agentes Ambientais Voluntários também tem todo um foco específico para as reservas extrativistas, e há uma adaptação para isso, porque uma grande carência nas áreas, na maioria das vezes, é a questão da fiscalização, de depender do Poder Público, do Estado, da Polícia Ambiental, do Ibama para fazer fiscalização na área. Então, existe todo um programa voltado para esse trabalho também.

Bom, vou falar agora um pouquinho da proposta Reserva Extrativista da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, em Santa Catarina.

O que está sendo proposto com essa unidade é proteger os ambientes naturais e garantir condições de manutenção do modo de vida tradicional de pescadores artesanais estabelecidos há décadas no entorno das lagoas conhecidas como lagoa de Ibiraquera, Doce, Encantada, Garopaba e da Faixa Costeira e Marinha Adjacente no litoral sul de Santa Catarina.

A localização da reserva é na zona costeira dos municípios de Imbituba e Garopaba; é uma reserva só que abranje essa área contígua, ocupando exclusivamente lâmina d'agua e terrenos da União - vou falar um pouco mais sobre os limites da reserva no final. E a área insere-se parcialmente, não totalmente dentro dos limites da APA da Baleia Franca, que é uma categoria de unidade de conservação que complementa as ações da reserva.

O processo de criação teve início em 2005, com uma demanda da Associação de Pescadores de Ibiraquera, encaminhada através do Fórum da Agenda 21, e ao longo do processo outras associações foram sendo incorporadas e foram se agregando ao processo de mobilização e de construção dessa reserva extrativista.

A vistoria e o parecer de viabilidade foram feitos em 2006, pelo então chefe do Centro Nacional de Populações Tradicionais, que respondia pela criação de reservas extrativistas na época.

O processo de mobilização desse trabalho, para nós, é uma referência nacional. Muitas atividades foram executadas pelas instituições proponentes e parceiras nesse processo, como o GT Resex, um grupo de trabalho que foi criado para discutir a implantação da reserva extrativista, que fez mais de cinqüenta regiões ao longo desse caminhar; muitos questionários e trabalhos foram feitos nos ranchos dos pescadores envolvendo essa área; o 2º Encontro da Pesca Artesanal foi promovido também por esse grupo nos dois municípios, bem como outras atividades, que não vamos listar aqui por falta de tempo.

O processo desenvolveu uma série de metodologias específicas. Foram feitos diagnósticos participativos, tem uma história bastante consistente, totalmente documentada, é uma referência nacional dentro dos processos de criação de reserva extrativista.

Os estudos técnicos que embasam a proposta foram feitos através de uma parceria do Ibama com o Instituto Chico Mendes e o Ministério do Meio Ambiente, como também através de consultores que foram contratados para realizar etapas específicas desses estudos, que foram discutidos em seminários maiores, em que se construiu a proposta de limites da reserva.

O processo de consulta pública foi realizado em dezembro de 2007, o processo que a legislação nos manda realizar, de acordo com a Lei Federal, e tem como finalidade apresentar os estudos técnicos que embasam a proposta de criação e recolher críticas e sugestões para subsidiar a definição dos limites.

As atividades que ocorreram foram divulgadas no Diário Oficial da União, num jornal estadual (acho que o Diário Catarinense) e em dois jornais locais, um de Imbituba e outro de Garopaba, além de chamadas em rádios locais, divulgação em carro de som e convite formal a várias instituições relacionadas com a área em questão.

Os estudos foram disponibilizados na Superintendência do Ibama em Santa Catarina, aqui em Florianópolis, na sede da APA da Baleia Franca e durante o período da consulta pública também na Internet, no *site* do Ibama e do Instituto Chico Mendes.

Foram feitas cinco oitivas na comunidade local, nos ranchos de pesca, e duas reuniões públicas amplas, abertas ao público em geral nas sedes dos municípios de Imbituba e Garopaba, além de uma reunião com o conselho gestor da APA da Baleia Franca.

Aqui temos alguns exemplos de unidades de reservas extrativistas marinhas já instituídas. Arraial do Cabo, que se situa numa área extremamente turística da região costeira do Estado do Rio de Janeiro - foi a primeira reserva extrativista totalmente marinha, instituída. É uma área de grande beleza cênica, com turismo, com prática de mergulho, de esportes náuticos, e uma população de pescadores bastante significativa.

A reserva extrativista de Tapajós-Arapiuns, no Pará, que já é continental, já é costeira - é uma área de grande beleza cênica também, e tem igualmente a área turística desenvolvida. E ali *(aponta para a imagem)* vemos alguns exemplos de quiosques dentro daquela área, com um rio de águas claras, mostrando também parceria com algumas agências de turismo que atuam na reserva.

A reserva extrativista de Corumbau, na Bahia, que se situa no município de Prado, no limite com Porto Seguro, é também inserida numa área extremamente turística, de grande beleza cênica, com grande visitação e com um banco de corais dos mais significativos do Brasil. Possui uma população de pescadores bastante significativa, muitos empreendimentos hoteleiros situados no seu entorno.

Nesse próximo quadro estão os meus contatos. Estamos aqui a convite para prestar esclarecimentos técnicos sobre os procedimentos de criação de reservas extrativistas em geral e da reserva extrativista da pesca artesanal de Imbituba e Garopaba, em particular. Estaremos participando de toda a audiência e colocamo-nos à disposição para neste fórum - e em outros - prestar esclarecimentos com relação à proposta.

Muito obrigada. (*Palmas e vaias.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, doutora Érika. A senhora consumiu 25 minutos de tempo, e nós vamos conceder esse mesmo espaço à doutora Carolina de Luca e ao senhor Joaquim Guarache para fazerem análise técnica. Eles irão dividir o tempo de 25 minutos.

Chamo para fazer parte da mesa o senhor prefeito de Laguna, nosso amigo Célio Antônio. Além dos vereadores citados, também estão conosco o vereador Dorlin Nunes Junior, presidente da Câmara Municipal de Imbituba; e o vereador Paulo Sérgio de Araújo, presidente da Câmara Municipal de Garopaba.

Com a palavra a advogada Carolina de Luca, e logo após o prefeito Beto Martins.

A SRA. CAROLINA DE LUCA - Bom-dia a todos.

Eu quero conceder o tempo ao prefeito Beto, pois penso que tem mais intimidade para falar com vocês sobre o assunto. *(Palmas.)*

O SR. PREFEITO JOSÉ ROBERTO MARTINS (Imbituba/SC) - Quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, que hoje preside esta audiência, e através dele cumprimentar os demais componentes da mesa.

Gostaria de agradecer a presença de tantas autoridades, dos deputados federais e estaduais que hoje compõem esta mesa, representantes de outros setores, porque Imbituba, Garopaba e Paulo Lopes, aqui representados pelos seus prefeitos, querem dizer da importância de os senhores acompanharem de perto esse assunto, que é significativo para os interesses daquelas comunidades.

Cumprimento os senhores e as senhoras presentes e quero dizer que convivo muito bem com a diversidade, desde que ela seja respeitosa. Da mesma forma que em todas às vezes que eu estive presente nas audiências respeitei integralmente as pessoas que falavam opiniões contrárias à minha. Agora, esse respeito eu dou na mesma altura e na mesma envergadura que me é dado. Eu gostaria de fazer esse registro.

Saúdo todas as autoridades que estão aqui, os representantes do Chico Mendes, Ibama, enfim, todos os senhores e todas as senhoras.

Deixo muito claro que não vim hoje aqui para "passionalizar" a discussão desse assunto. Quero dizer que estou aqui representando, seguramente, soberanamente, o povo de Imbituba e Garopaba, a vontade da grande maioria dos moradores e dos habitantes dessas cidades, também autorizado pelos prefeitos Carlinhos e Volnei. Não tenho opinião contrária ao aspecto técnico do que é a Resex, mas nós sabemos o que é a Resex para a nossa região. É importante colocar, deputado Joares e senhoras autoridades, que a Resex até pode ser boa para outras regiões do País, ela até pode ser boa onde o mapa que foi apresentado aqui mostrou: lá na Amazônia! (*Palmas*.) Ela pode ser boa lá na Amazônia para defender seringueiros, para defender comunidades verdadeiramente tradicionais extrativistas e que vivem exclusivamente daquela atividade. Mas quem conhece Imbituba, Garopaba sabe que aqui estamos falando de um absoluto contra-senso. E ao final desse meu pronunciamento vou dizer o que eu posso entender a respeito desse projeto se deslocar para cá.

Do que vivem as comunidades chamadas tradicionais extrativistas na nossa região de Imbituba e Garopaba? Quem está aqui? Quantos são pescadores? Quantos são os representantes desse setor que quer se dizer representado?

(*Vários participantes da plenária levantam a mão*.)

Eu quero, aqui...

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - O mesmo respeito que pedi ao outro grupo para a outra autoridade que estava falando agora vale para o prefeito Beto.

O SR. PREFEITO JOSÉ ROBERTO MARTINS (Imbituba/SC) - Essas comunidades vivem de várias atividades. Elas tiveram que aprender a viver de outras atividades. Elas vivem, sim, da indústria do turismo, onde está o emprego do filho do pescador, onde estão as atividades que o próprio pescador teve que aprender a desenvolver porque o peixe não chega mais! E a Resex não vai resolver o problema da pesca predatória! A Polícia Ambiental, o Ibama eram para estar cuidando! (*Palmas.*) Ela só vai segregar uma área importante dos municípios aqui representados e dar poder a uma minoria. Estas comunidades que estão aqui sobrevivem em várias atividades secundárias à pesca: o aluguel de suas próprias casas, o emprego que conquistam na indústria do turismo, seja nos hotéis, nos restaurantes, nas pousadas, em todos os lugares. É disso que hoje vivem essas comunidades. Que comunidade tradicional é essa a que se refere o estudo que está sendo feito?

Aliás, eu desejo falar nesse estudo. Quero dizer que o inicio desse processo muitos o fazem por paixão, por passionalismo - a sua defesa. Mas eu não fiquei parado nisso, eu resolvi estudar. Tudo isto aqui é material sobre o Resex. (*Mostra uma caixa contendo material de pesquisa.*) E eu também tive que tomar muito cuidado com o discurso que davam, quando se diz que vai defender a maioria, porque já está claro que esse processo é antidemocrático, que esse processo não respeita o regime democrático que tanto se brigou para ter neste país. (*Palmas.*)

Agora, eu não vou dar o discurso que alguns querem ouvir. Porque quando falamos como prefeito, como autoridade que quer defender o interesse soberano da maioria do povo de Imbituba, do povo de Garopaba, do povo de Paulo Lopes e de toda a região, talvez seja música para os ouvidos deles, pois eles querem se dizer representantes das minorias, o que não é verdade. Para isso, tivemos que nos debruçar e estudar exatamente o que é uma Resex. E eu volto a frisar: vocês olharam o mapa que foi apresentado aqui de cinqüenta e tantas Resex; a extensa maioria está lá na região Norte, na Amazônia, em todas as regiões, e tem uma em Santa Catarina, Pirajubaé, é isso?

(*Orador não identificado se manifesta fora do microfone: "É."*)

Eu gostaria que os deputados fizessem uma visita a essa comunidade que tem a única Resex de Santa Catarina (*palmas*) e vissem o que a Resex causou àquela comunidade, reconhecido nas audiências públicas pelo próprio representante do Ibama. Visitem para ver o que aconteceu.

Mas vamos falar da parte técnica. Eu queria que os deputados de Santa Catarina, e também, nesse caso, o peso da autoridade dos senhores é nada,... Muito obrigado por esta audiência, pelo respeito ao povo de Imbituba, ao povo de Garopaba, ao povo de Paulo Lopes, mas o peso da autoridade dos senhores, constituída pelo voto democrático dos catarinenses, o peso do voto (*manifestação da plenária*) que

elegeu os prefeitos e vereadores (*palmas*), não vale nada, porque as consultas públicas que foram realizadas em Imbituba, estas sim consultas que poderiam ser consideradas democráticas... Aqui, eu quero entregar na mão do presidente da Comissão o DVD com as audiências públicas realizadas em Imbituba e em Garopaba e a ata notarial, com fé pública, do cartório, sobre o que foi discutido nessas audiências.

Mas a voz do povo também não vai valer nada, porque esse decreto faz consulta pública e convida todo mundo, e não as cinqüenta reuniões que foram citadas aqui. Essas cinqüenta reuniões nunca existiram de pleno direito, de fato, convidando todos que deveriam estar lá. (*Palmas.*) Elas existiram para um pequeno grupo. (*Palmas.*) Aqui está o povo falando, aqui estão os pescadores de Imbituba, na sua maioria; é o povo falando.

Eu vou entregar em suas mãos, mas quero dizer que tenho consciência de que isto aqui vale muito pouco, porque essa consulta pública era só para discutir limites! E sabem por quê? A Resex começou querendo definir limites que tomavam uma grande proporção de faixa de terras em Imbituba. Mas aí as comunidades, os setores organizados da sociedade começaram a se mobilizar, e eles resolveram diminuir a área. Resolveram diminuir a área!

Quero dizer que os estudos que norteiam essa Resex de Imbituba e Garopaba são absurdos e inconsistentes. Senhores Deputados, por favor, me dêem esta possibilidade, leiam a cópia que eu vou entregar aos senhores. Leiam esses estudos!

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Inaudível.*)

Não existe estudo de impacto econômico nenhum! Existe divagação, divagação, divagação ideológica! O economista contratado para fazer o estudo técnico fala que no quarto volume do seu estudo vai dizer sobre o impacto econômico. Não fala nada! Depois, esse estudo é condensado num outro grande, e quem vai falar de impacto econômico é um antropólogo e um sociólogo! (M*anifestação inaudível fora do microfone.*) Esse estudo é absolutamente inconsistente e incoerente, porque ele mesmo diz, pelos próprios técnicos...

(M*anifestações inaudíveis fora do microfone.*)

Eu gostaria de pedir silêncio, senhor presidente.

(*Manifestações ininteligíveis fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Mais uma vez, solicito ao grupo que se manifesta que se comporte como o grupo anterior, permitindo que o prefeito conclua a sua manifestação. (*Palmas.*)

Com a palavra o prefeito Roberto Martins.

O SR. PREFEITO JOSÉ ROBERTO MARTINS (Imbituba/SC) - Eu queria muito que os senhores lessem esse estudo, porque eles mesmos dizem que Imbituba.... Eles mesmos dizem: "Não vive da condição primária de existência; não é a pesca, era a agricultura." Eles mesmos dizem! Eles mesmos reconhecem que o turismo é hoje o grande fomentador da economia daquela região. Mas eles dizem isso tudo no meio de um estudo com passagens ideológicas; falam de Imbituba colonizada por um poder político que se divide durante trinta anos. Enfim, leiam. Encarecidamente, eu peço aos senhores, porque aqui são pronunciamentos calorosos, discursos técnicos, discursos políticos. Enfim, o importante é que os senhores possam me acompanhar na leitura. É incoerente, é absurdo, é inconsistente!

Foi dito aqui que foram feitos vários estudos demográficos. Estudo demográfico é outro absurdo! Eles querem fazer conta da quantidade da população da cidade, daquela que seria pesca artesanal, em cima de regras genéricas. Imbituba e Garopaba, somadas, dão cinqüenta mil habitantes. Calcula-se que 20% são pescadores, subtrai-se... É genérico! Não existe esse estudo!

Eu quero saber exatamente o estudo do impacto econômico, o que é que vai ser subtraído da economia do povo de Imbituba e Garopaba e que vai atingir Paulo Lopes. Eu quero saber o que vai ser acrescentado! Não está claro, não existe! Isso tudo estava sendo feito em surdina, e mais uma vez eles acreditaram que os povos dessa região, conhecidos por sua passividade, não acordariam a tempo, não iriam aparecer, que essas audiências seriam feitas e que nós iríamos receber como muitos receberam, por não terem tido oportunidade de se organizar como este povo que está aqui: receberam por decreto, sem nem saber o que estava acontecendo.

Foi dito que a área será delimitada e, depois, as suas condições, como ela irá existir, o conceito da sua existência será definido por um plano de manejo. Senhores deputados, quero deixar registrado aqui que a APA da Baleia Franca foi um decreto de 2001; nós estamos em 2008 e até hoje não tem plano de manejo! Está denunciado pelo Ministério Público! Enquanto não houver plano de manejo, tem uma instrução normativa que delimita, sim, em 10 quilômetros a zona de amortecimento. Se ainda não se conseguiu fazer o plano de manejo da APA da Baleia Franca, sete anos depois, como vamos falar agora em plano de manejo da Resex? (*Palmas e vaias da plenária.*)

Todos dizem que tem que haver uma proposta. Os senhores sabem muito bem que existem muitas, fartas leis ambientais neste país que precisam ser cumpridas. Fui acusado por muitos membros inclusive do próprio Ibama e do Ministério do Meio Ambiente de que a fiscalização da prefeitura não funciona. Quero dizer que sempre tive a capacidade de falar: nós precisamos melhorar muito. Mas eu quero saber onde está a fiscalização da Polícia Ambiental, onde está também a fiscalização federal, nesse caso, para só falar em Imbituba.

Os pescadores sabem porque o peixe está sumindo das suas casas, porque os peixes não estão chegando à boca dos seus filhos. Não vai ser com a Resex que isso vai ser resolvido. Vocês sabem muito bem disso. (*Palmas.*)

Existe, sim, problema de fiscalização. Vamos tratar desse assunto. Então, vamos nos reunir - governo federal, governo estadual, governo municipal - e assumir as nossas deficiências, assumir o papel que temos que cumprir com a nossa responsabilidade. Eu aceito o desafio. Esse é um desafio válido! Esse é um desafio honesto! Esse é um desafio democrático! (*Palmas e vaias da plenária.*) Agora, este que está sendo feito não é.

Eu poderia me estender por muito mais de 25 minutos para dizer aos senhores: a conversa é muito suave, tudo vai poder, tudo é permitido, na área, e não é verdade. Leiam na lei! Leiam o Decreto 4.340, e os senhores verão o que está escrito lá. Senhores, as áreas que estiverem dentro dos limites da Resex serão desapropriadas. Quem não tiver título legítimo, e título legítimo se entende por escritura pública. Mas todos sabem que a nossa região é de grandes glebas de terra e que foi feito desmembramento irregular do solo. O próprio pescador dividiu a sua terrinha para os seus filhos, que venderam esses terrenos para particulares. E essas terras que não possuírem legítimo público definitivo sequer serão indenizadas! Isso não se fala, mas está lá no decreto! Diz-se que as áreas poderão ser visitadas. Não é verdade! Elas terão de passar pelo conselho gestor! As empresas de energia, as empresas de saneamento básico vão ter de pagar para entrar nessas áreas.

O prefeito da cidade, o governador, para ser eleito, precisa passar pelo voto popular e democrático da população. (*Palmas e vaias da plenária.*) Mas para aquela área o prefeito já está predefinido, prenomeado: ele é o representante da entidade mantenedora. Nós vamos perde, é absoluto! Para realizar obra de infra-estrutura nessas áreas, a Prefeitura vai ter que pedir licença. Quem quiser fazer alguma mudança na sua residência, qualquer coisa, vai ter que pedir autorização, e não vale mais apenas autorização da Prefeitura! Figurativamente, ela vai valer alguma coisa, mas passa por esse conselho.

Enfim, são várias coisas que poderiam ser ditas. Direito de imagem? Pode, sim. O direito de imagem fica reservado para esse conselho gestor! Para bater foto! Dizem que eu falo que é um absurdo. Não é absurdo, não! Vai depender do que será decidido dentro desse conselho gestor. Mas pode ter que pagar para bater foto! (*Palmas e vaias da plenária.*) Pode ser que não tenha que pagar, mas também pode ser que tenha que pagar, sim! (*Palmas.*) Está tudo aqui, isso está inscrito. Senhores deputados (e isto está sendo gravado): leiam a lei que instituiu as Resex; leiam o Decreto 4.340; leiam as recentes instruções normativas, que falam em demarcação de zona de amortecimento e tudo. Depois os senhores julguem se o que eu estou dizendo é algum absurdo.

Eu quero dizer aos senhores que em uma das audiências públicas perguntei, porque recebemos várias manifestações, agora, em função do corpo que tomou esse assunto em todo o Estado de Santa Catarina, do que isso tem sido divulgado, e eu tenho recebido muitas manifestações de Resex de outros Estados, de outras localidades... Lembro-me bem que em uma audiência pública, quando perguntei a situação da Resex no lugar conhecido

como Canavieiras, onde havia grande movimentação da comunidade, da sociedade, pois estava causando o empobrecimento daquela região, foi-me dito pelos representantes do Ibama, do Instituto Chico Mendes - até porque havia uma representação judicial feita pelo prefeito: "Prefeito, esse prefeito está sendo processado porque é ele grileiro de terra." *O.k*. O prefeito de qualquer cidade pode ter os seus problemas, mas o que tem a ver uma coisa com a outra? O que eu quero saber é o que foi causado àquela comunidade, o que foi causado àquele povo, os impactos econômicos que foram causados àquela população.

Eu quero dizer que não vou me curvar, não vou me calar, por mais que de alguma forma eu possa sofrer alguma demanda, alguma ameaça por conta disso. A cruzada está no Estado, mas eu estou tentando levá-la País afora. Eu vou tentar chegar à Veja, eu vou tentar chegar à IstoÉ, eu vou tentar chegar ao Brasil, para denunciar, sim, o que eu qualifico... Porque uma coisa é fazer Resex naquelas regiões que nós falamos aqui: todos nós sabemos como é a região da Amazônia, a região do Acre, do Pará, onde efetivamente existem comunidades que vivem, de forma exclusiva, daquela demanda extrativista e que precisam ser protegidas e apoiadas. Outra coisa é chegar ao litoral catarinense, que todos aqui conhecem, sabem o que é Imbituba e Garopaba, sabem do que vivem aqueles povos, e querer colocar usando um artifício, descobrir uma lei para desenvolver.

Sim, eu tenho direito de ter a minha opinião, um projeto político, um projeto ideológico, um projeto que pode ser partidário, um projeto que é para tomar poder sem ter que passar pelo voto da população, sem ter que passar pelo voto e pela decisão da maioria. Vocês imaginem termos que ouvir numa audiência que o que a maioria do povo quer não importa. A Resex não pretende atingir ou atender essa questão. Se pedir a Imbituba uma... Até já quero dizer aos deputados, porque de repente alguém pode pedir: se pedir um plebiscito em Imbituba e em Garopaba para esse tipo de coisa, eles vão responder que não vale nada! (*Manifestações e palmas da plenária.*) O plebiscito não vale nada, não vai ter peso. Então, só existe uma forma: é lutar. Porque isso é um decreto de duas folhas, e é um decreto que pode chegar a qualquer momento.

Quero dizer, com muito respeito, que os próprios representantes do Ibama, do Instituto, freqüentam as rádios locais e dizem que o projeto está sendo feito, que já estão fazendo o memorial descritivo, que vai sair, de qualquer jeito. Então, o que nós estamos fazendo aqui? O que estamos clamando? Vamos, sim, fazer uma cruzada. Eu vou trabalhar até o último dia! É uma cruzada que vai se estender por este país para denunciar esse projeto que só pode ser um projeto de poder político. Não tem outra explicação!

Eu já solicitei, e desejo deixar aqui uma situação, uma denúncia que eu gostaria que a Assembléia nos ajudasse: fala-se em Resex nos espelhos-d'água. Gostaria que os deputados lessem a Constituição Federal; se não me falha a memória, artigos 20 e 26. Ela fala de quem são as propriedades das lagoas. Lagoas que não tem limítrofes com lagoas de outros Estados são de propriedade, são de responsabilidade, do Estado. Estão tentando fazer uma Resex, e gostaria que ficasse anotada esta denúncia: estão querendo colocar uma Resex sobre propriedade do Estado, sem ao menos pedirem licença ao Estado, ao governador, às autoridades constituídas deste Estado. (*Palmas.*) Já solicitei à Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina que emita parecer sobre esse assunto. As lagoas são do Estado, não se poderia estar discutindo, sobre os seus espelhos-d'água, sobre essa lagoa, um projeto dessa natureza sem ter autorização expressa do Estado de Santa Catarina. Acho que isso tem peso fundamental.

Senhores deputados, eu teria mais outras coisas para colocar, porém muito vai ser debatido, na oportunidade que vai ser dada para cada um se manifestar, e certamente eles irão acrescentar outras coisas. Eu só gostaria de pedir aos senhores que nos ajudem a defender o interesse dessas cidades; que nos ajudem a fazer respeitar a vontade democrática, a vontade da maioria; e que se faça respeitar a vontade das autoridades, o interesse das autoridades.

O prefeito Carlinhos está aqui e ele sabe muito bem que nós só fomos convidados a participar disso como prefeitos das cidades quando ela já estava pronta, quando ela veio só para ser apresentada. Tanto que mudaram limites, e está aí: Garopaba, com o Parque do Tabuleiro, com a APA da Baleia Franca e com a Resex, ficará com 100% do seu território absolutamente comprometido. Não sei que autoridade administrativa o prefeito vai ter naquela cidade.

Prefeito de Paulo Lopes, a zona de amortecimento é, sim, de 10 quilômetros. O plano de manejo é que vai redefinir isso depois. Só que, para esse plano de manejo, a APA da Baleia Franca levou sete anos! Não sei quanto tempo vai levar a Resex. E, possivelmente, a sua cidade de Paulo Lopes sofrerá os impactos, sim, desse processo.

Agradeço a oportunidade. Obrigado. (*Palmas e vaias da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Muito bem. Dando continuidade à nossa audiência pública, o prefeito Beto consumiu os 25 minutos de tempo. Portanto, agora nós vamos ouvir a manifestação dos deputados.

A doutora Érika já solicitou espaço, e na mesma medida que ela terá tempo para a manifestação, para fazer a réplica, o prefeito Roberto ou alguém designado também terá o mesmo tempo. Mas, inicialmente, precisamos ouvir a manifestação dos deputados. Vamos limitar o tempo em cinco minutos. Não podemos ultrapassar esse tempo porque temos vários deputados na mesa.

Como a audiência é da Comissão de Constituição e Justiça, vamos iniciar ouvindo o deputado Pedro Uczai, membro da referida Comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC) - Eu gostaria de cumprimentar todas lideranças que compõem esta mesa na pessoa do coordenador e propositor desta audiência pública, o deputado Joares Ponticelli, e na pessoa do deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa. Saúdo os deputados federais e estaduais, os prefeitos, os representantes do Ibama e da Fatma, e, de modo especial, todos vocês.

Cinco minutos para fazer alguns comentários sobre a importância desse espaço. A Assembléia Legislativa tem se pautado pelo espaço democrático de ouvir as diferentes posições. Eu acho que esse espaço é sagrado, a Assembléia Legislativa é sagrada, e tem que continuar esse princípio fundamental de permitir que as diferentes posições sejam expressadas e manifestadas aqui de forma pública, aberta, e respeitosamente serem ouvidas e dialogadas.

Em relação ao mérito desse processo da questão ambiental. O primeiro ponto a ser discutido: toda a humanidade, todos os países, cientistas do mundo inteiro estão trazendo e denunciando a necessidade urgente e necessária de se construir a intervenção na sociedade para responder ao debate ambiental, o tema do meio ambiente, não só emissão de gases, do efeito estufa para o aquecimento global, mas também, fundamentalmente, o debate do meio ambiente que possa dar resposta econômica, social e cultural para as diferentes populações que vivem neste planeta.

Portanto, o debate da questão ambiental não é só uma discussão político-ideológica, não é só um debate de um setor da sociedade que quer se beneficiar com um tipo de desenvolvimento econômico em detrimento da exclusão da maioria dos trabalhadores, ou dos camponeses, ou da maior parte da população, que às vezes se tornam serviçais, ou trabalhando para algum setor que cria um desenvolvimento aparentemente de sustentabilidade. Esse é o segundo ponto que eu queria falar.

Terceiro, tenho atuado na universidade há vinte anos e tenho discutido profundamente a questão energética. Agora estamos promovendo, inclusive, um grande debate sobre energias renováveis, meio ambiente e consumo responsável. E eu participei, juntamente com o deputado Góes, aqui, na semana passada, muito rapidamente, da Conferência Estadual do Meio Ambiente, onde 350 delegados se manifestaram, se posicionaram e colocaram os desafios que têm ao Estado de Santa Catarina para dar resposta à questão ambiental junto com as questões social e econômica. Eu estou convencido que dá para fazer desenvolvimento sustentável com a preservação ambiental e com o desenvolvimento econômico. Esse é o casamento das energias renováveis, esse é o casamento na área do turismo e esse também é o casamento na área litorânea.

Portanto, aqui ninguém é neutro, nem o prefeito nem eu, ninguém aqui. Ninguém é neutro, e todos têm posição política, todas têm posição partidária, todos têm posição aqui. E respeitar as diferentes posições permite dialogar democraticamente.

Em quarto lugar, além de fazer discurso aqui, porque meu papel é tencionar, eu acho que temos que buscar os argumentos, o que precisa. O que temos percebido nos quilombolas, nos agricultores, nos trabalhadores, nos pescadores artesanais? Não só o desenvolvimento de um tipo de turismo, mas um tipo de pesca predatória, da indústria da pesca, destruindo as comunidades tradicionais, destruindo o modo de viver dessas comunidades. E quando eles vão destruindo, o argumento é: não dá para sobreviver da pesca artesanal. Se o argumento, aqui, é que não tem pescador artesanal, então que a colônia de pescadores seja honesta... (*Palmas e vaias da plenária.*) Seja honesta!

Dêem licença, dêem licença. Dêem licença!

Seja honesta, e vamos cancelar todos os cartões de pescadores! Vamos cancelar!

(*Manifestações e palmas da plenária*)

Todos os quatro meses de defeso da pesca, de um tipo de peixe, e vocês sabem do que estamos falando. Se recebem mais de mil, quem sabe mil e quinhentos, talvez dois mil pescadores, para um tipo de peixe, têm que renunciar no dia de hoje, com a denúncia do prefeito, porque não podem continuar pescador! (*Palmas.*) Ou recupera a pesca artesanal, ou recupera essa experiência de produzir para manter a dignidade, a qualidade de vida, e a pesca pode ser uma forma de atividade econômica, pois às vezes gostariam de continuar pescador. Mas não tem peixe, porque a indústria da pesca está destruindo. (*Manifestações e palmas da plenária*) Aí tem que ser funcionário de pousada, funcionário de turismo, funcionário da indústria e outros tipos de funcionários, mas que no dia-a-dia gostaria de ser pescador artesanal.

Portanto, o que está em discussão aqui não é...

(*Orador não identificado se manifesta fora do microfone: "(Inaudível) discurso!"*)

Não é discurso, mas é compreender: se a lâmina da água tem questão legal, se é do Estado ou da União, vamos discutir. Mas por que não reservar e preservar um pedacinho para tanta água que tem aí dos (*ininteligível*) grande? (*Palmas.*) Um pedacinho para os pescadores artesanais? Por quê? (*Vaias da plenária.*)

Não tem problema, a democracia decide que não tem!

O que estou dizendo? Eu...

(*Manifestações da plenária.*)

Dá licença? Da licença.

(*Manifestações da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Eu solicito à platéia que ouça a manifestação do nobre deputado.

(*Manifestações da plenária.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC) - Não tem problema, nós sabemos, aqui, a posição da maioria! Nós sabemos a posição, todos estão manifestando aqui, *o.k.*? Então, não tem problema!

O que temos que discutir é: quais os interesses econômicos e de valores de cultura, de modo de viver, quais os interesses políticos, os ideológicos, como se disse aqui, por trás disso.

O que me surpreende? É que algum discurso é político e outro não é. Segundo, o que me surpreende é que nós temos que compreender o processo histórico, em que todos devem ser incluídos socialmente, economicamente e com sustentabilidade. Portanto, aqueles que têm salário de R$ 500,00, de R$ 1.000,00, de R$ 2.000,00, precisam dar uma cuidada, porque o risco...

Eu estou olhando lá daqui a cinco anos, dez anos, e vou encontrar todos vocês nessa caminhada. Daqui a cinco anos, dez anos, os companheiros e as companheiras e muitos trabalhadores que aqui hoje têm essa posição, poderão mudar este ano, no ano que vem, daqui a cinco anos ou dez anos.

Vamos discutir com as diferentes posições, como eu tenho o direito de defender alguma experiência através da qual os agricultores, os trabalhadores, podem ter direito em viver com dignidade e conviver com o turismo, com o desenvolvimento econômico e com a pesca dos grandes e com a pesca dos pequenos, dos artesões da pesca, também.

Um abraço e obrigado a todos. (*Palmas e vaias da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Pedro.

O serviço de apoio ao som tem controle do tempo? Eu peço que seja controlado o tempo. Quando der os cinco minutos de cada orador, que seja cortado o som, pois nós teremos que interromper. Cada orador precisa controlar o seu tempo. O final dos cinco minutos será avisado um minuto antes.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento, convidada para esta audiência pública, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENO CARAMORI (SC) - Eu quero ser rápido e obedecer aos critérios que nos foram impostos pelo presidente, mas também quero cumprimentar todos que já foram saudados pelo protocolo e estender um cumprimento especial a vocês que vivem momentos de expectativa.

Como parlamentares, nós também vivemos esse momento de expectativa. Eu quero aqui dizer ao prefeito que se pronunciou em nome dos prefeitos da região que a preocupação dele também é nossa. Nós também, prefeito, estamos preocupados com o que poderá ocorrer.

Eu tenho certeza que Deus deu ao homem capacidade de entendimento. Ele nunca pensou que houvesse o radicalismo - eu quero crer -, quando ele impôs ou instituiu a consciência no ser humano.

Os decretos que vêm surgindo a cada momento cada vez preocupam mais a nossa gente brasileira. Nós passamos... Observem bem: ainda estamos sofrendo as conseqüências lá no oeste, onde foram criadas reservas ecológicas, onde foram criados parques nacionais à revelia, na mesma doutrina de que as audiências públicas resolveriam tudo. Não é bem assim, minha gente! Nós temos que ter consciência. Quer quem concorde, quer quem não concorde, nós precisamos fazer um estudo aprofundado, com consciência, para que nenhuma das partes, amanhã, sofra as conseqüências.

Vocês estão vendo quantas CPIs estão ocorrendo? Quantas CPIs estão sendo criadas? Quantas CPIs foram proibidas de serem implantadas ou de funcionar lá no Congresso? Porque temos tantos interesses! Por isso nós não podemos permitir que isso venha a prejudicar o nosso pequeno Estado de Santa Catarina. Nós temos muito pouca área de pesca, pouca área de agricultura, pouca área de pecuária porque a mata atlântica nos impõe uma série de respeito para com a natureza.

Então, eu acho que é importante que possamos discutir, não com uma minoria, não com pequenas ideologias, mas pensar grande, pensar para um futuro que realmente venha a dar continuidade às gerações. Não é proibindo (tenho dito sempre) que se corte uma samambaia, uma bracatinga...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

...muito mais aos que os poluentes que nós, homens, estamos fazendo e muito pouco estamos pensando. Portanto, eu acho que vamos pensar isso.

Eu tenho certeza, senhor presidente, que esta reunião, esta audiência é muito importante, para que possamos avançar nesse processo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Reno.

Com a palavra o presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Minha saudação ao deputado Ponticelli, que dirige os trabalhos, e aos demais membros desta mesa, extremamente bem representada por deputados estaduais, deputados federais, secretários de Estado, representantes dos órgãos ambientais, prefeitos, vereadores, enfim, por todas as lideranças. Também queria saudar de maneira especial todos os participantes desta audiência pública que nos dão a honra de visitar este Parlamento.

Eu penso que temos aqui um objetivo em comum: todos nós queremos melhorar a vida de todos, embora uns assumam uma posição a favor e outros contra. E parece simples se posicionar a favor ou contra, mas entre o a favor e o contra existe uma distância: podem existir coisas boas sendo a favor, podem existir coisas boas sendo contra; podem existir coisas ruins sendo a favor e podem existir coisas ruins sendo contra. O que eu penso é que devemos tirar do debate um pouco da emoção e colocar mais a razão, para que a gente possa chegar a um bom termo, chegar a um projeto que atenda a maioria dos interesses - não a todos, porque há interesses que não são legítimos, que não representam a globalidade, há interesses que são muito particulares.

Eu penso que isso é possível, até porque estamos aqui no Parlamento, que é uma casa de diálogo, uma casa de debate, e por isso eu acho que a gente pode dar o salto inicial para isso. Então faço um apelo para que a gente repense no sentido de colocarmos o debate de forma racional.

O fato é que para melhorar a vida de todos é imprescindível enfrentarmos a questão ambiental, em debate no mundo inteiro, e esse debate da questão ambiental está girando em torno do aquecimento...

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Mais um minuto, deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Já se passaram cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Deputado, quem está controlando o tempo é a assessoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - É o aquecimento global, a questão da pobreza, a questão do saneamento, são vários aspectos que entram no debate para que a gente possa melhorar a vida, e por isso precisamos fazer esse debate com mais profundidade. Não devemos achar que esse debate só serve para a Amazônia ou para outros lugares distantes de nós, ele está presente na vida de todos. (*Palmas.*)

Então nós precisamos fazer esse debate com lucidez, com responsabilidade, com carinho, e aí eu queria me aprofundar um pouco mais, mas depois vou ter outra oportunidade. O meu apelo é para que a gente faça esse debate de forma racional e que achemos alternativas.

Muitos daqui que tiveram a oportunidade de ir para a Europa, chegaram lá e acharam os parques bonitos, as comunidades, tudo preservado. Na época da Copa do Mundo nós vimos a Alemanha, parecia um jardim, e achamos tudo bonito. (*Manifestação da plenária.*) Só que quando chegamos aqui, nós achamos... Então, é preciso repensar para que encontremos o equilíbrio entre a natureza e as nossas vidas, e com qualidade de vida para todos.

Eu me coloco à disposição para o debate futuro e já solicito minha inscrição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Décio.

Eu solicito à assessoria que seja rígida no horário com todos os oradores, por favor, para não ficar nenhuma... Esta mesa não vai aceitar nenhuma insinuação de que está favorecendo um lado ou outro. Por favor, tratamento igualitário. (*Palmas.*)

Com a palavra o nosso deputado Edison Andrino, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO (SC) - Eu cumprimento o presidente dos trabalhos, deputado Joares Ponticelli, e todos os membros da mesa; cumprimento as entidades aqui organizadas, os pescadores, os moradores da região de Garopaba, de Imbituba, de Laguna, e os prefeitos.

Rapidamente quero colocar a minha preocupação em relação a algumas decisões do governo federal, mais precisamente das entidades ambientais, que na minha maneira de ver são decisões unilaterais.

Recentemente tive a oportunidade de participar de uma reunião na serra catarinense, onde a grande maioria dos produtores agrícolas, e pequenos produtores agrícolas, foi pega de surpresa com uma atitude semelhante a essa: a criação de uma unidade de preservação que tratava de plantações acima de 850 metros de altura. E os produtores dependem dessa região.

Aqui no litoral de Santa Catarina há o Parque do Arvoredo. A sua criação foi uma atitude muito bem elaborada, que na época causou uma série de transtornos e agora, com a decisão da sua criação, resolveu-se o problema da pesca artesanal. Mas aí nós temos o Parque do Arvoredo, você desce e tem o Parque do Tabuleiro, pega a APA da Baleia Franca e agora vem mais essa reserva. Eu acho que a gente tem que se preocupar. (*Palmas.*) Tem que se preocupar, com todo o respeito e a vinculação que tenho ao setor da pesca artesanal. É difícil a família de pescador artesanal que não tem um membro da sua família trabalhando em hotel, em restaurante, em outra atividade! (*Palmas.*)

Por um erro histórico dos administradores deste país, e aqui tanto faz ser federal, estadual ou municipal, a pesca artesanal foi jogada para um segundo plano e substituída pela pesca industrial. Hoje, deputado Décio, a lei já proíbe que a embarcação industrial pesque a menos de 1.800 metros da costa, mas não é fiscalizada. (*Palmas.*) A própria legislação ambiental, a questão do Código Florestal, os nossos planos diretores dos municípios, que têm que ser implantados olhando essas características de preservação do pescador artesanal na questão ambiental, nas áreas de preservação permanente.

Por que não, em vez de o governo ter essa preocupação generalizada no Estado de Santa Catarina de criar várias unidades de preservação, que às vezes não se sabe nem porque criam, não joga essas decisões para os Estados e para os municípios? (*Palmas.*)

Agora, aqui em Florianópolis, está sendo discutido o Plano Diretor de Florianópolis, mais precisamente da Ilha de Santa Catarina. E por que essas discussões ambientais não são levadas para a elaboração do nosso plano diretor de Garopaba e de Imbituba? O Estatuto da Cidade deu prazo para que as cidades elaborassem seus planos diretores. Eu sou totalmente favorável a que se preservem muitas regiões importantes do Estado de Santa Catarina, que o pescador artesanal tenha o seu espaço reservado, o seu rancho coletivo, que hoje mais nenhuma praia tem. Mas se você olhar, e quem conhece sabe disso, Garopaba e Imbituba não têm mais perímetro rural. É praticamente tudo urbano. (*Palmas.*) A cidade depende essencialmente do turismo. Essas cidades, deputado, dependem do turismo. E hoje você não pode dizer que é só pesca artesanal. Lamentavelmente, nos dias de hoje, bem pouca gente, e deveria ser mais, vive da pesca artesanal. Lamentavelmente! (*Palmas.*)

Então eu acho que nessas discussões as coisas não podem ser ditadas de cima para baixo, como estão sendo. (*Palmas.*) Se você olhar hoje, nós não conseguimos resolver... Aqui na Assembléia são audiências públicas constantes, é o prefeito de Palhoça, são os deputados e os vereadores discutindo uma solução para o Parque do Tabuleiro...

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. tem um minuto, deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO - Nós não temos uma solução definitiva em relação ao Parque do Tabuleiro, nós não resolvemos um problema aqui, dessa região, e já estamos criando outro problema! (*Palmas.*)

O que eu trago como sugestão a esta Casa é que primeiro descentralizemos a legislação ambiental. Precisamos urgentemente fazer com que os Estados tenham a sua parcela de contribuição. O governo federal traça as diretrizes básicas, ou seja, a moldura do quadro é o governo federal que traça, e o conteúdo do quadro quem tem que fazer são os Estados e os municípios. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Andrino.

Com a palavra o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDO (SC) - Senhor presidente, companheiros aqui presentes, quero dar um bom-dia desejando muita saúde e felicidade a todos.

Realmente é muito emocionante tratar desse assunto, por conhecer bem essa região, seus moradores e a sua história, mas como temos que ser breves, eu começaria questionando o documento do Ibama de como formar uma Resex. O primeiro item diz: "solicitação dos moradores para poder formar a Resex". Eu entendo que essa solicitação pedida tem que ser da maioria (*palmas*). E aí eu quero deixar bastante claro o nosso posicionamento: é justo, é correto que todos tenham o direito de sonhar, seja o técnico ambiental, sejam aqueles que lutam pela questão social, pela preservação de um futuro melhor, mas também tem o direito de sonhar aquela pessoa mais humilde, que não tem o entendimento das conseqüências, mas que fica noites e noites sem dormir porque tem a visão do que realmente representa a segurança da sua família: a sua propriedade (*palmas*).

E aí eu tenho muito medo, porque ninguém é neutro, todos têm posicionamento, por algo que nós temos que aprender: a radicalidade democrática das discussões. Essa é a forma mais coerente e correta, porque aí sempre vai surgir a melhor solução. Eu não posso admitir que neste país se criem reservas por decreto (*palmas*) de uma única pessoa, seja prefeito, governador ou presidente, até porque a recíproca não é verdadeira, pois se depois nós quisermos redemarcar ou quisermos questionar, só pode ser feito por lei, que passa no Congresso Federal, na Assembléia ou na Câmara Municipal (*palmas*). E aí nós não temos mais condições de reverter.

Por que eu falo isso? Porque existe um problema grave que aqui foi colocado: pretende-se realmente fazer a Resex numa lâmina d'água, mas acrescentaram a frase "e nos terrenos da União". Meus amigos, quem conhece aquela região, cá entre nós, sabe que é tudo posse! É tudo posse! (*Palmas.*) E se a União resolver que esses terrenos têm que ser... Porque quando for classificada a Resex, tem que haver o uso da titulação, isso está escrito também, e aí eu quero saber como vai se resolver esse grande problema social.

Eu chamo a atenção para essa questão, e posso falar um pouco sobre isso porque criei cinco unidades em Santa Catarina, em dois anos e meio, sem problema social e sem discussão. Até citaria: Parque das Araucárias, Fritz Plaumann, Acaraí, Rio Canoas, lá em Canoinhas. Nós criamos esses parques como compensação, desapropriando com titulação e sem problema nenhum. Então, há outras maneiras de se fazer reservas.

No momento, pela condução feita até agora, eu me manifesto contra! (*Palmas*.) E sou um lutador pelo meio ambiente, talvez mais do que qualquer outra pessoa aqui. Eu até escrevi um tratado chamado "Ambientes da Democracia Ambiental", porque talvez o meio ambiente se utilize dessa necessidade, dessa causa tão bonita, esquecendo do essencial; por mais nobre que seja a nossa causa, não podemos esquecer da democracia. (*Palmas.*) A questão democrática, principalmente como prevenção, é fundamental. Recomecem o processo de forma democrática. É importante, é fundamental que se discuta (*ininteligível*)...

Eu gostaria de deixar bastante claro... E deixo até um exemplo histórico: o Hitler também queria salvar o mundo, e no modelo dele fez o nazismo e matou mais de sessenta milhões de pessoas, porque esqueceu da discussão democrática que deveria ter sido travada com todas as comunidades. A democracia é fundamental para a sustentação de qualquer projeto que envolva a comunidade.

Então, nós sabemos que há interesses, sim, por mais nobres que sejam esses interesses e esses sonhos, mas nós temos que seguir esse roteiro. E eu também já peço a minha inscrição para depois, porque temos outros assuntos que achamos fundamentais e importantes debater.

Obrigado, senhor presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sérgio Grando.

Neste momento passamos a palavra ao deputado federal Edson Bez de Oliveira.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDSON BEZ DE OLIVEIRA (SC) - Inicio minha participação cumprimentando o presidente desta importante reunião, deputado Joares Ponticelli, e estendo esse cumprimento a todos os demais componentes da mesa. Um cumprimento especial a todos vocês, que se deslocaram de suas casas, de seus municípios, para participar de um debate tão importante quanto este, em função de uma decisão importante que precisamos tomar.

Lembro que no final do ano passado nós estivemos em uma reunião - se não me falha a memória em novembro -, a convite dos amigos de Imbituba e de Garopaba, quando me inteirei melhor sobre esse assunto. Em seguida combinamos que iríamos ao Ibama, em Brasília, e participamos de uma reunião no dia 18 de dezembro de 2007, comandada pelo doutor Paulo Henrique Borges de Oliveira, e a doutora Érika Fernandes se fez presente. Tivemos uma reunião de alto nível, com a representatividade de Imbituba e de Garopaba, ocasião em que ficou acordado que até o mês de março não se faria nada em termos de decisão, apenas se discutiria. E aproveito para agradecer pela oportunidade que tivemos, em nome do deputado representante de Imbituba e de Garopaba no Congresso Nacional.

Depois tivemos outras conversas, outras reuniões, e já marcamos, deputado Joares, uma outra reunião, agora incluindo os colegas do Rio Grande do Sul, para o próximo dia 18 de março com o ministro de Relações Institucionais José Múcio, quando vamos discutir também essa questão política, e serão convidados os representantes, Beto, de ambas as partes, porque nós precisamos continuar com esse debate.

Diante do impasse e pelas informações que eu tenho, que as duas Câmaras Municipais se manifestaram contra o decreto, pelo menos momentaneamente, os dois prefeitos municipais e também o de Paulo Lopes, que está aqui - e na democracia prevalece o direito da maioria; nós não podemos negar que o exercício da democracia é se esforçar e prevalecer a vontade da maioria -, me manifesto dizendo que defendo a suspensão do decreto (*palmas*), momentaneamente, até que possamos dar continuidade à discussão, porque não existe acordo, não há interesse por parte da maioria.

Portanto, respeitando a minoria que defende, eu defendo a continuidade do diálogo, mas com a suspensão do decreto.

Peço desculpas, mas preciso me retirar, pois agora tenho agendada a participação ao vivo em um programa de televisão. Mas contem comigo. Eu defendo a continuidade, sempre respeitando a vontade da maioria. Esse é o meu ponto de vista, deputado Joares.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Edinho, e sinta-se à vontade para cumprir com o seu compromisso.

Com a palavra o nosso deputado Onofre Santo Agostini, secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (SC) - Senhor presidente, fiz questão de falar daqui (*refere-se à tribuna*) para que todos me vejam, porque hoje quero praticar um ato de justiça. Já tenho feito isso ao longo dos dias, e hoje quero que vocês também tomem conhecimento.

Quando veio o decreto-lei aumentando os campos de altitude - e na época o governador me fez o convite para assumir o cargo de secretário de Estado -, eu fui a Brasília e reuni toda a bancada catarinense, de todos os partidos, e por isso quero praticar esse ato de justiça.

Nós, cidadãos comuns aqui do Estado, às vezes criticamos os nossos deputados federais, vamos às emissoras de televisão, às rádios e aos jornais criticar o Congresso Nacional, criando uma imagem negativa do deputado federal. Mas eu quero que todos prestem muita atenção no que vou dizer aqui: eu fiquei orgulhoso da bancada catarinense. Saí de lá até emocionado pela atitude da bancada federal de Santa Catarina, e quando falo isso estou me referindo aos deputados de todos os partidos, que assumiram a responsabilidade e disseram, alto e bom som, que quem faz as leis é o Congresso Nacional e não um decreto, muito menos normas disso ou daquilo; que é o Congresso Nacional que tem que fazer as leis. (*Palmas*.) Por isso eu saí orgulhoso do encontro com a bancada catarinense, porque eles não se curvaram, não abaixaram a cabeça, pelo contrário, defenderam os interesses do Estado de Santa Catarina.

Feito isso, senhor presidente, quero fazer uma proposta concreta para, quem sabe, encontrarmos uma solução. O senhor prefeito municipal, o deputado Sérgio Grando e o deputado Edison Andrino fizeram uma proposta que, a meu ver, é muito importante: por que não suspender por ora o decreto a fim de consultar a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina para que ela se manifeste a respeito de quem comanda as lagoas, se é o Estado ou se é a União? Se for a União, eu acho que nós temos que tomar outro rumo, mas se for o Estado, a conversa é outra.

Já foi falado aqui e respeitamos a posição de cada um, mas queremos respeitar o que é lei, não o que é decreto ou norma! Decreto ou norma significam uma coisa e lei outra.

Por isso, senhor presidente, eu faço uma proposta concreta nesta audiência pública. Quem sabe a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Constituição e Justiça, faz uma consulta à Procuradoria-Geral do Estado a respeito de quem é a responsabilidade sobre as lagoas. E ela vai dizer, juridicamente falando, se é do Estado ou da União. Aí então poderemos dar continuidade a esse decreto. Quando o presidente da República faz um decreto, ele não faz para Santa Catarina e, sim, para o País inteiro, mas a realidade do nosso Estado é diferente da realidade de Mato Grosso, de Goiás, de Pernambuco e assim por diante! (*Palmas.*)

Portanto, de forma democrática, respeitando o ponto de vista de todos, respeitando o meio ambiente, e para sermos objetivos e não ficarmos só no discurso, vamos fazer uma proposta concreta, senhor presidente: que a Comissão de Justiça elabore uma consulta à Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina sobre o assunto.

Vou encerrar fazendo um apelo aos nossos briosos deputados federais no Congresso Nacional: continuem lutando por Santa Catarina, defendendo o meio ambiente, mas, acima de tudo, defendendo o setor produtivo e aqueles que precisam da natureza, como o pescador artesanal do nosso Estado.

Um abraço muito fraterno e que Deus nos ajude. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, secretário Onofre.

Ouviremos agora, por até cinco minutos, o deputado federal Odacir Zonta, a quem concedemos na palavra.

O SR. DEPUTADO FEDERAL ODACIR ZONTA (SC) - Primeiramente gostaria de cumprimentar os representantes dos municípios de Imbituba, Garopaba e Paulo Lopes, que estão aqui nesta expressiva manifestação de preocupação; cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, e em seu nome todos os parlamentares estaduais que nos permitiram essa participação; cumprimentar todas as lideranças de Imbituba, Garopaba e Paulo Lopes; e na pessoa do secretário Onofre cumprimentar os representantes do governo do Estado.

Esse, realmente, é um assunto que preocupa todos nós.

Nós fazemos parte da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, que tem debatido muito sobre o direito e o equilíbrio entre preservar e produzir. No caso de Santa Catarina, temos debatido muito sobre o modelo catarinense da propriedade agrícola e da pesca - e aí eu cumprimento todos os membros das colônias de pescadores.

O modelo catarinense é reconhecido no Brasil, apesar das deficiências, como o melhor modelo de distribuição fundiária, o melhor modelo de preservação. E acho que é por isso que está vindo uma avalanche de decisões de cima para baixo querendo interceptar esse modelo! (*Palmas.*) Nós temos exemplos que prosperam há mais de quarenta anos, desde quando se decretou o parque de São Joaquim, que até hoje está sem solução. São quarenta anos! Vários outros parques estão sendo decretados de cima para baixo e isso não é democrático.

Nós temos que preservar a propriedade consolidada e o modelo consolidado, e nós estamos tratando de uma região que compõe a história do Brasil. Portanto, não é com atitudes momentâneas que vamos mudar o comportamento dessa região. Nós temos é que trabalhar juntos para buscar uma solução para as deficiências, isso sim! No Congresso Nacional, além de podados pelos decretos, não estamos conseguindo legislar, porque tem muita organização tipo Conama que legisla em nosso nome, mas estamos tentando interceptar isso.

O novo Código Ambiental Nacional e o novo Código Florestal Brasileiro estão para ser votados este ano e vão disciplinar a proposta que o deputado e secretário Onofre colocou: caberá aos Estados as suas leis ambientais e florestais junto com os municípios. Ninguém melhor do que estes, com a participação da comunidade, para definir que modelo, que interceptação vão querer em cada comunidade! (*Palmas.*)

Estamos aqui para dar apoio, para que se ouçam as comunidades, para que se ouça a maioria, para que se ouçam os municípios, para que se ouçam aqueles que vão ser atingidos diretamente, pois a partir daí teremos uma decisão equilibrada entre preservar e produzir. Nós sabemos que este é o melhor caminho. Nós precisamos preservar, sim, mas precisamos continuar produzindo e dando oportunidade de emprego e renda.

A intercessão do governo não garante que haverá recursos para buscar o equilíbrio. Não garante! Se o modelo está preservado, isso aconteceu à custa de quem está vivendo nesse modelo, lá na sua propriedade, ou do pescador que tem buscado quase sempre muitas alternativas diferentes. Nós temos o exemplo da APA da Baleia Franca, pois quando implantaram o projeto da carcinicultura, foi muito difícil conseguir licença para isso. E como vai ser com a Resex? Pensemos bem!

Contem com o nosso apoio para mantermos o modelo catarinense de pé.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Zonta.

Com a palavra o deputado federal Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO (SC) - Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o deputado Ponticelli, que preside esta audiência, e em seu nome todos os deputados estaduais; cumprimentar os meus colegas Zonta e Edinho Bez; cumprimentar o Onofre, que é o nosso secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável; cumprimentar todos os demais membros da mesa e cumprimentar as senhoras e os senhores.

Eu vou colocar uma preocupação aqui. O deputado Edinho Bez, quando fez aqui o seu pronunciamento, disse que fez uma reunião no Ibama no dia 18 de dezembro, em Brasília, na qual estavam presentes o senhor Paulo Henrique Borges de Oliveira - que não sei qual a função que exerce no Ibama - e a doutora Érika, que está aqui conosco, e que lá foi decidido que até março não haveria mais nenhuma ação sobre essa questão da Resex até que fosse trabalhado todo esse processo. Isso eu ouvi também, e por várias vezes, de alguns ministros, como do ministro Capobianco, da ministra Marina, da ministra Dilma Roussef, junto com o governador Luiz Henrique, de que não se faria nada sem ouvir o governo.

Eu só queria ler o trecho de um documento que recebi do Ministério do Meio Ambiente por esses dias, que diz o seguinte: (*Passa a ler.*)

"(…) QUANTO À SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

Os resultados do processo de Consulta Pública para criação da RESEX foram consolidados no mês de janeiro de 2008 e está sendo finalizada a proposta de limites da Reserva - com mapa e memorial descritivo. Na seqüência deverá ser feita consulta oficial às instituições pertinentes para que as mesmas se pronunciem quanto ao processo de criação da Reserva e os limites propostos.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.

(a) Érika Fernandes Pinto

Coordenadora de Criação e Gestão de RESEX." (*Cópia fiel.*)

(*Manifestação da plenária.*)

Então eu queria pedir que a doutora Érika explicasse essa parte, porque faltou na sua apresentação: como está esse processo. (*Palmas da plenária.*)

Eu vi uma faixa aqui na frente falando de manipulação. Poderiam levantar para que todos a vissem? (*Alguns participantes da plenária levantam a faixa. Palmas.*) Essa faixa diz: "O povo informado quer, o povo manipulado não quer!" Eu diria que a manipulação existe dentro do Ibama e dentro do Ministério do Meio Ambiente. (*Palmas.*) Uma minoria e os órgãos que estão lá dentro do Ministério manipulam esse processo, antidemocraticamente, como foi colocado pelo deputado Grando e pelo deputado Edinho. Não se faz uma coisa clara, e esse processo não é por acaso. Isso não acontece só na questão ambiental, pois é assim também na questão dos quilombolas, dos índios, dos sem-terra. Esse trabalho é orquestrado pelo mesmo grupo que manipula as ações dentro do nosso governo, e olha que eu sou da base do governo, mas nós sabemos como é feito isso. (*Palmas.*)

A lei diz que os parques e as reservas serão criados pelo Poder Público, mas o Poder Executivo acha que Poder Público é só o Poder Executivo, por isso o Legislativo não está mais conseguindo fazer leis para essas áreas. Tudo é decreto, tudo é resolução, tudo é instrução normativa, mas o Congresso está numa luta danada para mudar esse processo a fim de que todas essas questões sejam criadas somente por leis federais, municipais e estaduais. E nós vamos mudar isso, porque a representação política do povo são os deputados e os senadores.

Uma coisa que me preocupa, e aí está posto, é a questão da compensação, gente. Não tem dinheiro para fazer essa Resex, como não teve para o Parque das Araucárias, como não teve para nenhum parque neste País, e querem fazer compensação. Sabem como? Tirando dinheiro da iniciativa privada. (*Palmas.*) Isso está errado! Se o governo criar Resex nos parque, isso é política pública, e por isso somos contrários. Eu tenho lado, sim! Procurem saber quem está a favor e quem está contra; procurem saber quem está por trás disso e vocês saberão quem está contra a maioria.

Obrigado e um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Colatto, pela manifestação.

Concedo a palavra, por até cinco minutos, ao doutor Américo Ribeiro Tunes, superintendente estadual do Ibama.

O SR. AMÉRICO RIBEIRO TUNES - Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o presidente desta audiência, deputado Ponticelli, e todas as demais lideranças, e dizer que vou procurar responder tecnicamente.

Primeiramente eu gostaria de repelir qualquer afirmação em termos de manipulação - eu estou aqui representando o Ibama e não aceito esses termos. Nós não fazemos manipulação! (*Palmas e vaias da plenária.*)

Estamos aqui democraticamente discutindo, apresentando, e não gostaria que fosse causado esse tipo de constrangimento à doutora Érika, que veio de Brasília (*vaias e palmas da plenária*)… Democracia é discussão, não é ganhar no grito.

Algumas falas aqui... Eu gostaria de conversar com os pescadores artesanais. Eu trabalhei muito tempo na SEAP e muitos que estão aqui, às vezes até contra a reserva, me questionavam, reclamavam muito da questão da especulação imobiliária, da destruição dos manguezais, da poluição...

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Presidente, eu gostaria que fosse garantida a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Eu solicito...

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Vamos ouvir a manifestação do superintendente, por favor.

O SR. AMÉRICO RIBEIRO TUNES - Eu ouvi todo mundo e agora gostaria que vocês me ouvissem, ou então não é debate!

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - A palavra está restabelecida, superintendente.

O SR. AMÉRICO RIBEIRO TUNES - Obrigado, presidente.

Falou-se aqui da Resex de Pirajubaé, mas não se falou que quando se fez a Via Expressa Sul foi autorizada a retirada de um banco de areia nessa Resex, destruindo o ganha-pão da maioria dos pescadores.

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Falou-se aqui que o parque de São Joaquim está na situação... O que eu tenho a informar é que já estão sendo assinadas as primeiras escrituras de desapropriação do parque. Eu pergunto se alguém aqui foi desapropriado em alguma coisa com a criação da APA da Baleia Franca? Eu pergunto se hoje ainda defende a carcinicultura, com o caso da mancha branca, que inclusive eu fui um dos que fizeram o parecer questionando a falta de estudo? Vão lá ver hoje o que é a carcinicultura, inclusive uma espécie exótica; vão ver a situação daqueles que gastaram dinheiro e hoje estão em situação crítica. Eu afirmo e asseguro: não vai haver desapropriação na Resex! (*Palmas e vaias da plenária*.) Eu pergunto: quais as atividades que vão ser proibidas? Nenhuma, eu asseguro isso! Agora, a lei proíbe a ilegalidade, a especulação imobiliária, a poluição, a pesca predatória, e isso tem que ser fiscalizado, sim! (*Vaias e palmas da plenária*.)

Então eu gostaria que nós... Inclusive se falou da...

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Eu gostaria de respeito! Eu respeito muito o senhor (*dirige-se a um dos participantes da plenária*), então o senhor me respeite. Eu não lhe desrespeitei.

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Eu solicito à platéia que permita a manifestação do superintendente do Ibama.

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Por favor, superintendente.

O SR. AMÉRICO RIBEIRO TUNES - Obrigado. Eu só quero dizer que é na base do respeito...

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Mais um minuto e meio para concluir.

O SR. AMÉRICO RIBEIRO TUNES - Obrigado.

A questão da desapropriação, a questão das atividades... Inclusive quando se falou aqui da questão do limite que foi alterado, isso comprova que a comunidade foi ouvida, sim.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Não é verdade!*)

O próprio prefeito afirmou.

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Portanto, eu digo aos pescadores artesanais, para concluir: é a oportunidade que vocês têm de se organizar, de participar de um conselho deliberativo sobre *(ininteligível)* para a pesca artesanal ser valorizada, já que nunca foi valorizada neste país.

Obrigado. *(Manifestação da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado pela manifestação.

Convido para fazer uso da palavra, por até cinco minutos, o presidente da Fatma, doutor Carlos Leomar Kreuz.

Antes, porém, quero comunicar à platéia que a cada interrupção vamos começar a aumentar o tempo do orador. Portanto, vamos ouvir cada manifestação. Temos inúmeros inscritos e nós já estamos passando do meio-dia.

O SR. CARLOS LEOMAR KREUZ - Meu bom-dia a todos.

Quero saudar o presidente dos trabalhos, deputado Ponticelli; os demais parlamentares; os prefeitos; o colega Américo, superintendente do Ibama; e os demais presentes.

Vou aproveitar o meu tempo para fazer um rápido esclarecimento.

Pela nossa legislação, o município tem competência para criar uma unidade de conservação (tivemos exemplos recentes no Estado de Santa Catarina, o município de Três Barras criou uma unidade de conservação); o Estado tem competência para criar unidades de conservação (há pouco tempo, criamos o Parque Estadual do Rio Vermelho); e o governo federal também tem competência para criar unidades de conservação (temos, se não me falha a memória, quinze unidades federais aqui no Estado de Santa Catarina).

Eu digo isso apenas para esclarecer que esse processo de criação da Resex é uma proposta federal envolvendo o governo federal, representado aqui pelo Instituto Chico Mendes e pelo Ibama. Portanto, nós, da Fatma, não temos tido participação nesse processo, pelo menos até agora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, presidente.

Queremos registrar a presença do secretário Valter Gallina, da SDR da Grande Florianópolis, e da deputada Ada De Luca, a quem convidamos para compor a mesa.

Com a palavra o senhor Antônio Carlos Teixeira, representando as colônias de pescadores de Imbituba e Garopaba, por até cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA - Bom-dia, senhores, senhoras e nobres deputados.

Estou feliz por participar desta audiência, porque na audiência que tivemos em Garopaba o Ibama e os organizadores levaram a Polícia Federal e a Polícia Militar com armas de alto calibre e proibiram que 50% dos nossos pescadores participassem. *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

Outra coisa: 95% dos pescadores artesanais de Imbituba e Garopaba (gostaria que os nobres deputados prestassem atenção) são totalmente contrários à instalação dessa reserva extrativista, assim como a população em geral e as autoridades executivas e legislativas.

Gostaria de salientar ao presidente do Ibama que temos uma lei para preservar a nossa lagoa, mas até agora não vimos uma lancha do Ibama fiscalizando para proteger o meio ambiente. *(Palmas.)* Fiz várias solicitações e nunca fui atendido!

A salvação da lagoa do Ibiraquera... Nós agradecemos à Polícia Ambiental de Santa Catarina, que é quem nos dá apoio! *(Palmas.)*

Senhores, se tal coisa acontecer na lagoa da Ibiraquera, haverá guerra, haverá morte, porque os pescadores não aceitam, em hipótese alguma, que essa reserva seja instalada no nosso município. *(Palmas.)*

(Manifestação da plenária. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Solicito à platéia que mantenha a tranqüilidade.

Continua com a palavra o senhor Antônio Carlos Teixeira.

O SR. ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA - Gostaria de salientar ao nobre deputado ali, que não lembro o nome... *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - É o deputado Pedro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA - Ele falou da colônia de pescadores.

Quero dizer a ele que a colônia de pescadores não dá carteira para pescador, quem dá é o Seap, que é do governo federal! *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI - Eu sei! Se o que o prefeito falou é verdade...

O SR. ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA - A colônia de pescadores não dá carteira para pescador! Quem dá é o Seap, que, infelizmente, mal funciona! Tem pescador esperando a carteira há dois anos! *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI - Tem pescador... Então vamos ver o discurso do prefeito!

O SR. ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, senhor Antônio.

(Manifestação da plenária. Inaudível.)

Com a palavra o prefeito de Garopaba, Luiz Carlos da Silva.

O SR. PREFEITO LUIZ CARLOS DA SILVA (Garopaba/SC) - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, presidente da mesa; a senhora deputada; os demais senhores deputados; o pessoal do Ibama; e, com um carinho especial, aqueles que acordaram às cinco horas da manhã para vir aqui reivindicar os direitos que não tiveram durante a confecção da Resex de Garopaba.

Em uma reunião, o prefeito foi expulso, não pôde se manifestar. Essa é a realidade, senhor presidente!

Nós não estamos aqui para ganhar voto, nem eu nem o prefeito de Imbituba. *(Manifestação da plenária. Inaudível.)* Nós estamos aqui para defender a maioria, que são os senhores.

Garopaba tem 111 quilômetros quadrados - a moça está rindo, mas é verdade; Garopaba faz parte do Parque da Serra do Tabuleiro; Garopaba tem a APA da Baleia Franca; Garopaba tem a Resex; Garopaba, há trinta dias... *(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)* Tem, sim! Foi dito aqui! Já está pronta. Só falta assinar. *(Manifestação da plenária. Inaudível.)* Gostaria que me respeitassem!

Então, o nosso município tem 111 quilômetros quadrados, com a Resex, com o Parque da Serra do Tabuleiro, com a APA e mais uma área que está sendo preservada na Prainha do Silveira, uma das melhores e mais bonitas praias do Brasil. Nós vamos ficar com o quê?

Garopaba tem mais ou menos 1.400 pescadores, mas nem 1% vive exclusivamente da pesca. *(Palmas da plenária.)* Tem pescadores que têm restaurante, casas para alugar; têm outras profissões, outros afazeres. A pesca, vamos dizer assim, é o orgulho da nossa cidade. Nós queremos os pescadores, sim, mas queremos turismo.

Garopaba recebeu este ano 170 mil turistas, dando um lucro de quase 50 milhões de dólares, senhor presidente. É isso que nós queremos: que o povo trabalhe, o agricultor, o pescador, o pedreiro, o comerciante!

Esse pessoal não vive só da pesca. *(Palmas.)* Esses cidadãos vivem do turismo. Garopaba preserva, sim! Garopaba preserva, e muito! Inclusive, o teto para construção é de sete metros e meio, é o piso e mais um, porque queremos cuidar; e Garopaba é uma cidade diferente. Nós cuidamos, nós preservamos. Resex, não, porque ela dá prejuízo para Garopaba! *(Manifestação da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, prefeito Carlinhos.

Concedo a palavra ao prefeito de Laguna, Célio Antônio, por até cinco minutos.

O SR. PREFEITO CÉLIO ANTÔNIO (Laguna/SC) - Bom-dia a todos.

Quero contar um pouco da experiência que estamos vivendo em Laguna.

A comunidade do Farol de Santa Marta se movimenta positivamente; toda a comunidade, não só os pescadores, mas setor imobiliário, os empresários do ramo hoteleiro. Ou seja, há o envolvimento de toda a comunidade na possibilidade de criação da reserva extrativista. Houve um pequeno conflito entre os pescadores que estavam nas lagoas, mas isso foi resolvido. Nós temos o envolvimento pleno de todas as comunidades.

Esse conflito nós não estamos vivendo no nosso município, que é uma realidade um pouco diferente. Nós estamos na região que vai ser decretada reserva estrategista com os maiores sambaquis do mundo, ou seja, um complexo suscetível a qualquer intervenção humana - do ponto de vista da legislação, já é tombado, preservado pela legislação ambiental.

Sobre esses conflitos de entendimento, acho que dar um tempo para amadurecer a idéia é positivo. Essas questões também foram adotadas no município de Laguna, com a participação, inclusive, do próprio Ibama, reunidos no Farol de Santa Marta, dos ranchos dos pescadores. É muito importante o envolvimento comunitário.

É claro que a luta ambiental mundial não é ideológica. Eu fui membro do Conama por um ano e meio e percebi, em Brasília, as grandes disputas, principalmente no Norte e no Nordeste brasileiro, a ocupação das dunas, o avanço imobiliário para cima desses ecossistemas, que são sensíveis, principalmente, à intervenção humana.

É claro que há uma preocupação do setor imobiliário (eu acompanho isso pela imprensa regional da região de Imbituba e de Garopaba), e é legítima, porque toda perspectiva de intervenção do Estado na atividade econômica tem que ser discutida, por quem é a favor e por quem é contra. Há o que fazer, sim, com bom senso, para que não haja prejuízo para a população.

Esse é um tema importante: que prejuízo nós queremos e qual é suportável do ponto de vista da coletividade. Em Laguna, eles entendem que têm que ser preservados esses grandes sítios arqueológicos, as grandes dunas, que tem que se avançar no limite, avançar os três quilômetros da costa para evitar o barco de pesca industrial, avançar para cinco milhas. Ou seja, essa discussão foi muito bem elaborada e talvez as reflexões...

Eu não sou nem a favor nem contra a criação da reserva no município que vocês estão discutindo, porque não compete a mim, como prefeito de Laguna, discutir esse tema, mas acho que todas as argumentações são válidas nessa discussão. O Ibama e o Instituto Chico Mendes têm técnicos que podem dar a esse... Ou seja, na decretação ou não da Reserva Extrativista em Laguna, nós já vamos estabelecer alguns limites de entendimento.

Agora, quanto à unidade de conservação da APA da Baleia Franca, o município que mais adentra em terras é Laguna. Isso é uma condicionante de uso! Agora, ela atinge, principalmente, uma das regiões mais sensíveis do ecossistema do Sul brasileiro, que são essas regiões que ainda têm praias preservadas, com butiazeiros, lagoas, etc., onde nem existe ocupação imobiliária de forma plena.

A omissão dos órgãos ambientais do passado está fazendo com que o Ministério Público Federal avance em ações civis públicas demolitórias. Este ano, só o município de Laguna demoliu dez casas em áreas sensíveis, por força da legislação ambiental e por ação do Ministério Público Federal. Talvez esses conflitos têm que ser dirimidos antes da instrução de uma reserva extrativista. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, prefeito.

Com a palavra o prefeito de Paulo Lopes, Volnei Adolfo Zanela.

O SR. PREFEITO VOLNEI ADOLFO ZANELA (Paulo Lopes/SC) - Meus cumprimentos a todas as autoridades aqui presentes e às senhoras e aos senhores.

Eu vou falar um pouco sobre a Resex, e vou começar pelo Parque da Serra do Tabuleiro.

Paulo Lopes tem 490 quilômetros quadrados. A metade para o norte, até a praia (Paulo Lopes tem praia) está atingida pelo Parque e a Resex, se atingir 10 quilômetros da praia, reto, vai atingir o lado sul de Paulo Lopes, que está livre... *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

Não, eu quero que vocês me deixem falar. Depois vamos discutir!

E aí só vai ficar a BR-101, não vai sobrar mais nada! *(Manifestação da plenária. Inaudível.)*

Eu tenho certeza absoluta de que alguém de vocês que está presente tem algum parente que foi expulso do Parque da Serra do Tabuleiro. Pergunte a ele se recebeu! Faz só 35 anos! Faz 35 anos que nós estamos sofrendo! E escutei alguém dizer que a Resex não vai indenizar ninguém. Muito pior, porque o cidadão não vai poder entrar no que é seu! E tem coisa que não dá para acreditar. Por exemplo: nenhum órgão de preservação permanente faz uma lei para criar o ICMS Ecológico para trazer dinheiro para os municípios, para aquelas comunidades que foram expulsas, para fazer algum benefício. Quem preserva somos nós. Para o cidadão usar aqui na cidade! *(Palmas.)* Agora, ninguém dá devolução!

Então, é só criar o ICMS Ecológico, para nós, no entorno dessas reservas, podermos fazer alguma coisa por aquele cidadão que perdeu o que tinha.

(Um dos participantes da plenária manifesta-se fora do microfone: "Os deputados podem fazer isso!")

Lógico! Mas eu não estou falando que são vocês. Estou falando a lei. Tem que fazer lei. Mas acho que as associações de meio ambiente têm que se engajar nisso, porque é para preservar. E a água que se bebe aqui na cidade vem de lá. Agora, é gozado: ninguém fala nisso! Nós fizemos reuniões, discutimos, já há uma planilha de quanto o município vai receber...

Então, gente, eu só quero dizer para vocês, e sou de dentro do Parque, fui expulso com a minha família inteira... Tenho certeza de que alguém de vocês aqui tem a felicidade de ainda ter o pai vivo. Eu perdi o meu pai e a minha mãe; já perdi e não recebi nada até hoje. *(Palmas.)*

Então, é isso que quero dizer para vocês: reserva tem que ser discutida, e discutida em audiência pública. Vocês querem representação maior do que estar aqui numa audiência pública?! Quem é a favor e quem está contra! Eu acho que é assim que tem que ser.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, prefeito.

Com a palavra, por até cinco minutos, a eminente deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Bom-dia a todos.

Parabéns a vocês por estarem aqui fazendo uma reivindicação justa. Com certeza, esta audiência, presidida pelo eminente deputado Joares Ponticelli, vai ter uma grande repercussão em nível de Estado.

Agora, eu encaro a situação bastante complexa. Por um lado, não entendo a necessidade dessa faixa de praia quase que se tornar uma coisa particular; por outro lado, enxergo de maneira que precisamos urgentemente preservar o nosso pescador artesanal. *(Palmas.)* Por quê? Porque deles vem a nossa história de pesca, lá já morreram vários companheiros, mas também não temos como impedir que o pescador profissional não entre em atrito com o pescador artesanal. E aí vou dizer o seguinte: o que está faltando é mais fiscalização, mais rigidez com a lei, é o Ibama ter pulso mais forte *(palmas)* e deixar, talvez, até alguns protecionismos de lado.

Chega uma hora em que o político tem que tomar posição. Não adianta ficar acendendo uma vela para Deus e outra para o Diabo! Temos que ter um rumo! *(Palmas.)*

Por isso que falei no começo que é uma situação complexa, até porque não podemos permitir que se faça um entrave, que é na geração de trabalho e renda.

Para mim, o que está faltando não é nova legislação, é permanecer a legislação vigente, porém, com mais fiscalização, com mais dureza, bem como os nossos pescadores se respeitarem. Na hora em que não forem respeitados no Ibama, aí, sim, devem agir. E se isso está acontecendo, nada mais justo do que essas manifestações.

Quero colocar o meu gabinete à disposição. Muitos aqui me conhecem e sabem onde me achar.

Estou aí, estou na luta com vocês, com lucidez, transparência e dignidade. Só assim teremos uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Ada.

Com a palavra, por até cinco minutos, o vereador Christiano, representando a Câmara de Vereadores de Imbituba, umas das entidades proponentes desta audiência pública.

O SR. VEREADOR CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA (Imbituba/SC) - Meu bom-dia a todos.

Em nome do deputado Joares Ponticelli, legítimo representante da nossa região e propositor desta audiência pública, cumprimento todas as autoridades da mesa; em nome do prefeito José Roberto Martins e do prefeito Luiz Carlos da Silva, cumprimento todos os moradores de Imbituba e de Garopaba, que, dignamente, sabendo da importância que essa discussão tem para os nossos municípios, compareceram em grande número para discutir e para dizer a todos os deputados de Santa Catarina, tanto os estaduais quanto os federais, que Imbituba e Garopaba não desejam a Resex. (*Palmas da plenária.*)

A Câmara de Vereadores de Imbituba, após realizar amplo debate sobre a matéria, inclusive com a realização de audiências públicas, tomou, por unanimidade dos seus membros, posição contrária à Resex, através da Moção nº 5, de 2007, que diz, com todas as letras, senhores deputados: Imbituba não quer a Resex! (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, a matéria que discute a Resex, em especial as leis aqui citadas, Lei nº 9.985, Decreto-lei nº 98.897, deixa claro que a proposta apresentada não é adequada para nossa realidade. A Reserva Extrativista é uma forma radical de se cuidar do meio ambiente. É importante deixar claro que a receita utilizada para cuidar dos seringueiros na Amazônia não é a mesma que deve ser utilizada para cuidar dos pescadores de Imbituba e de Garopaba. É absurdo pensar que uma idéia que pode ter dado certo lá, que é uma realidade totalmente diferente, possa dar certo aqui.

Se em outros locais a reserva foi proposta para resolver conflitos, na nossa região ela só promoveu conflitos. Uma região conhecida, exemplo para outros lugares de Santa Catarina, bem como do Brasil, onde pescadores, surfistas, comerciantes e turistas sempre conviveram bem *(palmas)*, inclusive com acordos assinados no Ministério Público, hoje foi provocada por uma proposta mal adequada à nossa realidade, está gerando todos esses conflitos...

Para nós, infelizmente, senhores deputados, é muito triste ver famílias tradicionais daquela região, pescadores até então amigos, vizinhos que tanto se davam bem, que tanto lutavam pelo seu lugar, hoje se digladiarem por uma massa de manobra, que existe, sim, senhor superintendente do Ibama... (*Palmas.*)

O senhor disse que garante que não vai haver tal coisa, mas até quando as pessoas são mais importantes que as leis? Até quando se diz a verdade, que vai haver um grupo gestor que vai decidir o que vai ser feito e o que não vai ser feito... O senhor ter a coragem de dizer, sem ouvir esse grupo gestor, que a gente nem sabe por quem vai ser formado, se vai seguir ou não sua orientação...

Então, com todo o respeito, senhor superintendente, eu acho que as suas afirmações não podem ser colocadas, porque esse grupo gestor, se a Resex existir, é que vai decidir o que vai existir ou não! (*Palmas da plenária*).

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Mais um minuto.

O SR. VEREADOR CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA (Imbituba/SC) - Se cada pai e cada mãe que não soubessem cuidar do seu primeiro filho fossem proibidos de ter o segundo, muitas coisas que a gente vê no Brasil não aconteceriam! Como pode o Ibama querer criar a Resex se a APA até hoje não foi administrada?! Vocês não foram capazes de administrar!

Para finalizar, senhor presidente, eu gostaria de me referir à faixa que está ali, sobre manipulação *(aponta para a faixa*). Como vocês podem se sentir tão mais inteligentes que todo esse grupo?! (*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Como pode, senhor presidente...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

(Manifestações paralelas fora do microfone. Inaudível.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, vereador Christiano.

Com a palavra, por até cinco minutos, o vereador Jucélio, representando a Câmara de Vereadores de Garopaba, uma das entidades proponentes desta audiência pública.

(Palmas da plenária.)

O SR. VEREADOR JUCÉLIO DE SOUZA CLEMENTINO (Garopaba/SC) - Boa-tarde a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao deputado Joares Ponticelli por atender o nosso pedido para esta audiência pública aqui na Assembléia.

Quero cumprimentar os demais deputados presentes e os três prefeitos, o Volnei, de Paulo Lopes; o Carlinhos, de Garopaba; e o Beto, de Imbituba.

Inicialmente, gostaria de entregar ao superintendente do Ibama uma moção de *persona non grata* da dona Elisabeth, pedindo que ela não possa mais atuar na nossa região. *(Palmas da plenária.)* Eu gostaria que a partir de hoje o Ibama, como órgão muito respeitado no Brasil, tome conta desse documento e que essa mulher não atue mais na nossa região.

Quando se fala em credibilidade, honestidade e manipulação... Quando a APA da Baleia Franca foi criada, a linha saiu dos 33 metros de marinha. O mapa saiu de Garopaba. Foi feita uma reunião com a comunidade e o mapa saiu em cima dos 33 metros de marinha. Quando ele voltou de Brasília, pega até a SC, senhor superintendente, manipulado dentro do Ibama! *(Palmas da plenária.)*

Então, não dá para acreditar que vão fazer uma Resex, que vão levar par lá um projeto na lâmina d´água e como vai voltar... Essas pessoas perderam o crédito!

Tem algumas pessoas falando em emoção. Estão falando com emoção, sim! Essas pessoas aqui estão falando com emoção porque estão preocupadas em perder as suas terras. *(Palmas e vaias da plenária.)* Quando ele fala que não vai ser desapropriado, é claro que não vai ser, porque a grande maioria é terreno de posse. Vocês acham que isso é do governo?! Isso não é do governo! Esses terrenos são dos avós dessas pessoas.

Eu quero deixar bem claro aqui que a população de Garopaba e Imbituba, na última eleição... O presidente Lula ganhou a eleição nesses dois municípios!

Eu quero dizer a vocês o seguinte: esperem. Garopaba e Imbituba vão se mobilizar, sim, contra meia dúzia de pessoas... *(Manifestação da plenária.)* E vamos fazer *outdoor*, sim, com emoção, *para botar na avenida, em Garopaba, para botar na SC... (Manifestação da plenária.)* Vamos falar quem está a favor da população. Tenho certeza de que daqui a três anos vão lá buscar voto!

A APA da Baleia Franca faz 7 anos! Onde está o plano de manejo? O Parque da Serra do Tabuleiro está com a idade de Cristo: 33 anos! *(Palmas.)* Onde está o plano de manejo? O que vocês fizeram para salvar a lagoa que está sendo poluída pelas casas de alguns de vocês... *(Palmas.)* Casas na beira da lagoa! E não levantem, senão vou dar o nome! *(Manifestação da plenária.)* Tem gente aqui que construiu casa dentro do Parque da Serra do Tabuleiro! Está aqui! *(Manifestação da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Peço à platéia que permita que orador termine a sua manifestação.

Continua com a palavra o vereador Jucélio.

O SR. VEREADOR JUCÉLIO DE SOUZA CLEMENTINO (Garopaba/SC) - Faço aqui um apelo: que isso seja discutido em Brasília; que todos saibam quantos pescadores artesanais de Garopaba e Imbituba vivem exclusivamente da pesca. *(Manifestação da plenária.)* Não é quem tem casa alugada, quem tem restaurante! *(Manifestação da plenária.)* Estou falando de quem vive exclusivamente da pesca!

Muito obrigado, senhor presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, vereador Jucélio.

Senhoras e senhores, como ouvimos a manifestação de todos os integrantes da mesa, inclusive das duas Câmaras, as proponentes, vamos atender o pleito da doutora Érica, concedendo a ela mais dez minutos. Na seqüência, vamos ouvir a doutora Carolina, que, juridicamente, falará sobre o assunto, representando o Movimento Contra a Resex, também por dez minutos.

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Tivemos aqui uma audiência pública polêmica, percebemos como está o clima, mas quero dizer que vocês estão dando uma lição de comportamento. Muito obrigado.

Honestamente, eu imaginava que teríamos muito mais dificuldade para encaminhar. Estávamos tendo esta audiência num excelente nível (*palmas)*, e este é o propósito. Estamos indo para o final, vamos terminar num melhor nível, para fazer o encaminhamento daqui a pouco.

Com a palavra a senhora Érica Fernandes Pinto.

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Inicialmente gostaria de dizer que opiniões contrárias são sempre bem-vindas em qualquer processo, ajudam-nos a qualificar a proposta, mas alguns argumentos têm que ser bastante entendidos para não se tornarem argumentos em vão.

Uma coisa que a gente viu em vários depoimentos aqui… *(Manifestação da plenária. Inaudível.)* Primeiro, é uma confusão entre…

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Solicito silêncio para que a doutora Érica possa se manifestar. Vamos ouvir democraticamente. Na seqüência, a doutora Carolina também vai falar.

(*Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Massa de manobra nós estamos vendo em todos os lados aqui! A senhora, por exemplo… Eu peço à senhora que também respeite! A senhora está se manifestando o tempo todo! A senhora é uma pessoa que… (*Manifestação da plenária. Inaudível.*) O tempo está correndo! Por favor!

Com a palavra a doutora Érica.

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Senhor presidente, eu gostaria de pedir licença para começar novamente e que o momento em que eu não puder me pronunciar seja descontado, por favor.

Retomando, então, gostaria de dizer que opiniões contrárias são sempre bem-vindas, ajudam a qualificar os processos, os procedimentos, mas algumas questões têm que estar bem entendidas, senão esses argumentos são em vão.

(*Os participantes que se encontram na plenária se levantam e viram de costas para a mesa.*)

A gente assistiu alguns depoimentos que fazem uma pequena confusão entre unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e *(ininteligível)* Arvoredo são unidades de proteção integral que têm uma série de especificidades que não dizem respeito às unidades de uso sustentável - isso já foi explorado por algumas pessoas da mesa, mas vou me ater um pouco a isso, mas unidades de uso sustentável, reserva extrativista, APAs e *(ininteligível)* não seguem as mesmas normas que unidades de proteção integral.

Outra questão que tem que ficar bem entendida é que apesar de as reservas terem sido inicialmente uma proposta do Movimento Seringueiro, dizer que são uma categoria amazônica e que se restringe às esses grupos sociais demonstra um desconhecimento histórico e, no mínimo, uma desatualização. (*Manifestação da plenária. Inaudível.*) Hoje, nós temos 54 reservas extrativistas. Dessas, mais da metade está fora do ecossistema amazônico e 21 são na zona costeira ou marinha. As quatro primeiras reservas extrativistas foram criadas em 1990, no contexto amazônico, e dois anos depois já foram criadas as primeiras reservas da zona costeira marinha, nas matas de babaçu e no serrado.

Aproveitando alguns exemplos que foram colocados aqui, é interessante como sempre nos baseamos em informações um pouco conturbadas. A Reserva Extrativista do Pirajubaé, como já foi colocado aqui pelo superintendente do Ibama, foi criada em 1992 por uma demanda dos coletores de berbigão que viviam na Costeira. Essa área é exemplo de uma irresponsabilidade social e ambiental pela forma como foi feita a construção da Via Expressa Sul, que acabou com os recursos ambientais daquela região destruindo 70% do banco de berbigão que existia naquela área. Sem questionar a importância da obra, existem formas e formas de se fazer uma mesma coisa. A Resex do Pirajubaé é exemplo de como não fazer uma obra de infra-estrutura daquele porte. Hoje a reserva se destina muito mais a resguardar o que sobrou dos remanescentes dos manguezais do rio Tavares, e para isso tem funcionado. E grande prova de que a unidade não interfere no avanço e no desenvolvimento do entorno é tudo aquilo que existe em volta da Reserva Extrativista do Pirajubaé.

A questão da Reserva Extrativista de Canasvieiras. O senhor prefeito de Imbituba apresentou uma série de documentos, na consulta pública, que faziam referência a esta reserva. Basicamente, documentos baseados em informação de imprensa e de *sites* de Internet. Nós temos uma série de documentos oficiais sobre esta reserva. Ela foi amplamente auditada, processada e averiguada no Ministério Público, de todos os níveis, pelo Tribunal de Contas da União. Na sexta-feira passada, nós tivemos a última sentença dada, quando nós tivemos ganho de causa em todas as ações. E a lisura do processo foi constada em todas as ações. Na região, o que nós temos são grandes projetos hoteleiros que envolvem grilagem internacional de terras que são patrimônio público, com prefeito advogando em causa própria e que está sendo devidamente processado pelo seu envolvimento irregular numa série atividades ilícitas.

(*Palmas e vaias da plenária.*)

Mudando um pouco de assunto, quanto à questão de fiscalização, nós temos um bom exemplo aqui na lagoa de Ibiraquera, onde, por iniciativa da associação de pescadores, já está sendo feita há algum tempo uma parceria com a Polícia Ambiental para fiscalizar a área da lagoa. Isso tem melhorado muito a questão ambiental da área.

(*Palmas e vaias da plenária.*)

Não há fiscalização eficiente sem participação da população local e sem conhecimento grande da realidade do local. É isso que os pescadores da região têm fornecido à Polícia Ambiental, aumentando a eficiência da fiscalização. E a reserva vem potencializar esse tipo de ação e a fortalecê-la.

Eu gostaria de lembrar outro aspecto que é bastante curioso neste país: enquanto servidora pública federal que sou e que várias pessoas aqui presentes também são, nós não fazemos as leis. Infelizmente, porque se a gente fizesse, garanto que uma série de coisas estaria diferente. Nós seguimos as leis!

(*Vaias da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Peço à platéia que permita à oradora concluir.

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Então, quem constrói as leis neste país são os senhores deputados e por aí, e nós, enquanto servidores públicos, somos obrigados a fazê-las cumprir, certo? Infelizmente, neste país temos exemplos de pessoas que se empenham, ao se fazer cumprir as leis, a fazer com que sejam consideradas *personas non grata.*

(*Manifestação e palmas da plenária.*)

Com relação à proposta de limites da reserva extrativista, eu acho que uma também coisa tem que ficar bem clara: quando se vai fazer um estudo para construção de uma estrada (acho que várias pessoas aqui estão ligadas a isso) não se estuda os 10 metros onde vai correr a rua, se estuda a região. Inclusive para…

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Solicito à platéia que permita à oradora concluir.

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Inclusive para definir qual o melhor local e qual o melhor traçado para essa estrada. E, da mesma forma, num procedimento de criação de unidade de conservação, estuda-se uma área para definir dentro dessa área qual a melhor localização e qual o melhor limite para essa unidade. E assim foi feito com a Reserva Extrativista da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.

Há pequena confusão por parte de algumas pessoas que se pronunciaram de considerar o total da área que foi estudada com a proposta de limites da reserva. Essa confusão precisa ficar clara. O que foi levado para consulta pública, que aconteceu no mês de dezembro em Santa Catarina, foi uma posposta que envolvia lâmina d'água e 33 metros que são terrenos da União, mas que são terrenos de Marinha, a partir da linha de preamar…

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Um minuto, doutora.

(*Manifestações da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Eu peço... Nós vamos descontar esse tempo! Ou a platéia permite à oradora concluir a sua manifestação, por um minuto, ou nós vamos descontar o tempo que ela não puder se manifestar.

Um minuto para a sua conclusão.

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Eu creio que não passou dez minutos ainda; eu gostaria de...

(*Manifestações da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Doutora, aí a senhora está colocando este presidente em suspeição. Eu peço que a senhora retire isso, em nome dos funcionários da Casa.

(*Palmas e vaias da plenária.*)

Um minuto para a conclusão, tempo que foi cronometrado para todos os oradores.

Deputado Décio, V.Exa. também havia duvidado de que os nossos assessores não estivessem marcando...

(*Manifestações da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Respeito a todos os oradores.

Eu contesto e repudio com veemência essa insinuação!

Doutora, um minuto. (*Palmas.*)

A SRA. ÉRIKA FERNANDES PINTO - Bom, entristece-me ouvir em alguns discursos a defesa da apropriação ilegal do patrimônio público, porque quando é pobre que invade se chama de invasão, mas quando é rico se chama de ocupação e manda regularizar, certo? Enquanto ainda houver justiça nesse país esse tipo de atitude que deveria ser considerado... que é crime, deveria ser uma obrigação de todo o servidor público e de todos os políticos estarem contribuindo para inibi-los.

Eu gostaria de terminar agradecendo, em nome do senhor presidente Joares Ponticelli, pela oportunidade de estar aqui e, em nome dos grandes mestres-de-pesca aqui presentes, o seu Ilário, o seu Anastácio, o seu Domingos, o seu Virgínio, o seu Alcino e todos os demais...

(*Palmas e vaias da plenária.*)

E todos os demais que estão na luta por essa batalha da criação da reserva extrativista.

Agradeço a...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

(*Palmas e vaias da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, doutora Érika.

O SR. PREFEITO JOSÉ ROBERTO MARTINS (Imbituba/SC) - Senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Eu quero esclarecer...

O SR. PREFEITO JOSÉ ROBERTO MARTINS (Imbituba/SC) - Senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Prefeito Beto.

O SR. PREFEITO JOSÉ ROBERTO MARTINS (Imbituba/SC) - Senhor presidente, questão de ordem. Fui citado duas vezes pela doutora Érika e eu queria um minuto...

(*Manifestações da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Prefeito, ao final, vou conceder... Nós vamos ter que dividir o tempo que sobrar. Como o senhor como foi citado, terá direito à resposta.

Antes, quero esclarecer à platéia que desde o início o critério de cronometragem do tempo não foi deste presidente; são os assessores desta Casa Legislativa que controlam o som e que estão cronometrando o tempo para todos. Para todos! (*Palmas.*) O critério é o mesmo, quero deixar isso bem claro. Peço desculpas se me alterei com a resposta, porque eu já havia dito isto antes: que não aceitava insinuação de que estivesse havendo favorecimento para um grupo ou outro. E não há! Os espaços são os mesmos.

Com a palavra a doutora Carolina De Luca, por até dez minutos, e com o mesmo critério, se ela não conseguir falar, vamos descontar o tempo. (*Palmas.*)

A SRA. CAROLINA DE LUCA - Senhor presidente, serie bem breve no meu pronunciamento e, se for possível, concedo o tempo excedente para o prefeito Beto, se o senhor autorizar. (*Palmas e vais da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - A senhora dispõe de até dez minutos.

A SRA. CAROLINA DE LUCA - Obrigada. Eu tenho acompanhado o processo de criação da Reserva Extrativista de maneira bastante profunda, analisei todos os estudos feitos pelo Instituto Chico Mendes e estive presente também nas audiências públicas de Imbituba e Garopaba.

Anexei, à ata, uma série de questionamentos jurídicos, que até agora não foram respondidos e que aguardo, ainda, a resposta. Eu tenho contatado semanalmente o Instituto Chico Mendes, e a doutora Érika sabe disso. Vou resumir todos os meus questionamentos, porque existem incongruências nos estudos e, infelizmente, não sei se essa Resex vai sair, pois os problemas jurídicos são muitos.

Eu vou colocar duas questões bastante polêmicas. A primeira é a zona de amortecimento. O representante do Ibama comentou que garante que não vai haver desapropriação; que não vai haver restrições maiores; que não vai haver, por exemplo, restrições de prática de surf, de (*ininteligível*) etc. Mas a lei diz diferente, a lei diz que a zona de amortecimento vai ser definida no Plano de Manejo e que também nesse momento é que vão se definir as restrições.

Então, acho que não é válido colocar aqui, neste momento importante de discussão, não é aqui o lugar onde a gente pode assegurar o que vai acontecer e o que não vai acontecer nas zonas de amortecimento, tampouco a extensão da zona de amortecimento, porque é uma coisa que ainda não se sabe. Ninguém falou qual vai ser a extensão porque a extensão vai ser definida depois, até cinco anos depois da Resex. Nesse meio tempo, a extensão, pelo que foi esclarecido pelo doutor Ricardo, na audiência pública de Imbituba, a extensão é de 10 quilômetros. O que vai acontecer nesse meio tempo ninguém sabe. Esta é a insegurança jurídica que questiono: o que vai acontecer? Não é só o que o representante do Ibama está dizendo aqui, é o que o Plano de Manejo vai definir num outro momento. Agora a gente não sabe nada.

Fora a questão das zonas de amortecimento, que é muito importante, outra questão muito relevante é as lagoas. Essa questão foi levantada pelo secretário Onofre Agostini, que já sugeriu à Comissão de Constituição e Justiça questionar esta questão das lagoas ao Ibama, de forma oficial, mediante ofício ou algo do gênero. Eu repito o que ele disse aqui: as lagoas internas são de propriedade do Estado de Santa Catarina e não da União, conforme o artigo 26 da Constituição Federal, a não ser que o Ibama tenha outro regulamento para isso. Este é o regulamento que conheço, é a Constituição que normatiza esse assunto.

O Estado de Santa Catarina está de acordo com a Resex? Eu não consegui ainda nenhum documento oficial sobre o que o Estado de Santa Catarina tem se manifestado a respeito disso. Também desconheço (é evidente que deve existir) a consulta formal ao Estado de Santa Catarina, já que está diretamente ligado a essa área. Essa consulta formal, como explanou a doutora Érika no início os trabalhos, é um requisito para a Resex. Não sei se isso aconteceu, não sei se houve manifestação do Estado.

Então, as minhas duas colocações breves, de ordem jurídica, são: zona de amortecimento - as inseguranças jurídicas que podem ocorrer nesse meio tempo, nesses 10 quilômetros. Será que realmente isso vai se definir em cinco anos? Porque a informação que foi dita aqui na tribuna, e que eu tenho conhecimento, é que até agora a APA não tem Plano de Manejo, e já se passaram mais de cinco anos da criação da APA. E a questão das lagoas internas, que eu, como o secretário Onofre Agostini sugeriu aqui, também sugiro uma consulta formal sobre se as lagoas internas são do Estado de Santa Catarina e se o Estado vai se manifestar ou não sobre essa questão. É isso, resumidamente.

Passo agora os minutos que sobram para o prefeito do município de Imbituba, se o presidente autorizar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Tinha quanto tempo ainda? Quanto tempo ela dispunha?

(*A assessoria manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Não, tudo bem. De qualquer forma, o prefeito Beto solicitou, e o superintendente também. Vou conceder a cada um três minutos e o mesmo tempo também à representante do Movimento Humanista, três minutos, agora. Na seqüência, três ao prefeito Beto e três ao superintendente do Ibama. Que seja cronometrado, por favor, três minutos para cada orador.

(*Manifestação da plenária fora do microfone inaudível.*)

Sim, poderemos abrir, mas estaremos no horário vencido e aí vamos conversar sobre isso.

(*Manifestação da plenária fora do microfone inaudível*.)

Ela já havia se inscrito no início do movimento, e esta presidência acolheu. Você pode se inscrever.

(*Manifestação da plenária fora do microfone inaudível*.)

Concedo a palavra à senhora Maria Eugênia Zuñiga Oñallate, representando o Movimento Humanista.

Na seqüência, ao prefeito e depois ao superintendente do Ibama. Depois vamos abrir a palavra.

A SRA. MARIA EUGÊNIA ZUÑIGA OÑALLATE - Senhor presidente, senhores prefeitos, deputados, amigos, os humanistas pedem, dentre o mais profundo, para que as instituições encarregadas da resolução do conflito que afeta os moradores da serra do Tabuleiro tenham sabedoria, coerência e inteligência necessárias para dar resposta ao conflito. Tendo-se em conta que os seres humanos devem ocupar o lugar central em todas as coisas, que a forma de ação adequada é a não-violência, entendendo que os atos violentos podem ser físicos, psicológicos, religiosos, morais, sexuais e raciais, que a ecologia e o equilíbrio do meio ambiente, se não são para as pessoas, perdem todo o sentido. A proteção ambiental é boa, mas é melhor ainda a proteção dos grupos humanos (*palmas*), a proteção dos indígenas, dos pescadores, dos agricultores, dos artesãos e de todos aqueles que convivem em harmonia neste paraíso chamado serra do Tabuleiro. Tudo o que se faz a favor dessas pessoas é bom para todos.

Agora, se me permitem jogar uma mensagem dirigida aos moradores da Serra do Tabuleiro: amigos, que a nossa (*ininteligível*) se dirija ao futuro! Que a nossa...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado. Tempo de três minutos.

Pelo mesmo tempo, por solicitação, com a palavra o prefeito Beto Martins.

O SR. PREFEITO JOSÉ ROBERTO MARTINS (Imbituba/SC) - Obrigado, presidente, em que pese a nós termos ficado com três minutos a menos. Mas três minutos é suficiente.

Eu desejo me reportar exclusivamente ao que foi dito pela doutora Érika. Primeiro, quero dizer que estou com um documento em mãos que eu não tinha conhecimento, que acabou de chegar aqui, apesar desta farta pasta de documentos, assinado pela doutora Érika.

Doutora Érika, inicialmente, desejo falar o seguinte: a senhora fez questão de repetir a história do prefeito que está sendo processado e pode ser preso. Não pense que isso me intimida! (*Palmas.*) Acho que isso não é relevante! A senhora também fez questão... o seu discurso é muito carregado de conteúdo ideológico. Hoje a senhora deixou isso claro aqui. Eu quero lhe dizer o seguinte: o que está se discutindo aqui não é a sua ideologia, é o que vai acontecer com os povos dessas duas cidades.

Eu quero dizer que a senhora teve muito prazer em falar que ganhou o processo, mas não disse qual a situação dessas populações que estão sendo atingidas por aquela Resex, que era o mais importante. Também quero dizer que a senhora personalizou o seu discurso, só citou famílias que apóiam a sua posição. O que a senhora conhece das famílias de Imbituba?

(*Manifestação e palmas da plenária.*)

A senhora acha que não existem outros pescadores? Que não existem outras famílias tradicionais naquela cidade? Só existem aquelas que apóiam o seu projeto e o seu ideal político.

Eu quero dizer que a senhora falou que Resex...

(*Orador da plenária, não identificado, se manifesta fora do microfone. Inaudível.*)

Respeito, rapaz! Tu venhas aqui dizer no microfone o que tu disseste agora e responda judicialmente pelo que tu disseste. Venha aqui (*ininteligível*) microfone!

(*Manifestação da plenária.*)

Venha aqui, depois, e diga, para responder! Eu respondo pelo que falo aqui! Senhor presidente, quero que este tempo seja cortado. Eu respondo pelo que falo, e tu também tens que responder com responsabilidade.

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

Eu quero dizer que a senhora fez questão de falar que a Resex... dizer que aqui não é possível é o nosso desconhecimento histórico da nossa realidade. Parece-me que a senhora não lê o próprio estudo que mandou fazer (*manifestação da plenária*), porque o economista que fez esse estudo foi contratado. Para outras coisas falta dinheiro, para contratar o economista sobrou. Nesse relatório, o seu técnico contratado diz que: "Identificaram que a população tradicional beneficiária vivia antes da década de 1960, antes do turismo eclodir, de agricultura como atividade principal, tendo na pesca a atividade secundária. Depois passou a viver do turismo, continuando a pesca como atividade secundária, centrada nos períodos fora da temporada."! O seu estudo também diz que turismo passa a ser a principal atividade na área, torna-se, portanto, atividade turística.

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas e vaias.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado.

(*Manifestação da plenária.*)

Prefeito Roberto, nós precisamos encaminhar... A doutora Érika está pedindo tempo novamente. Se conceder a ela...

(*Manifestação da plenária.*)

Eu não terminei de falar! Só que adiantar que, se eu conceder tempo a ela, vou conceder o mesmo tempo, novamente, ao prefeito. Porque daí vai começar a se discutir documento...

(*Manifestação da plenária.*)

O nosso horário, desta audiência pública, já venceu, e nós precisamos voltar... Eu quero propor a abertura de duas inscrições para quem defende a criação e duas para quem tem posição contrária, cada uma por um tempo não superior a três minutos. Teríamos quatro manifestações, e depois os membros da mesa terão mais um minuto ou dois minutos para a conclusão.

O encaminhamento? Nós temos duas propostas até aqui colocadas e precisamos deliberar sobre essas propostas.

Podemos encaminhar dessa forma?

(*A plenária manifesta-se favoravelmente com palmas.*)

Portanto, quatro inscrições, cada uma por três minutos. Mas, antes disso, também solicitou a palavra, por mais três minutos, o superintendente do Ibama. Decidam quem serão os representantes, respeitando o tempo do superintendente do Ibama, por três minutos - peço que seja cronometrado. Na seqüência, abriremos para as quatro manifestações.

Com a palavra o senhor Américo Ribeiro Tunes, superintendente do Ibama, que dispõe três minutos.

O SR. AMÉRICO RIBEIRO TUNES - Obrigado, senhor presidente.

Respondendo àqueles que me indagaram, em respeito até a indagação deles e querendo contribuir no andamento dos trabalhos, primeiro é a questão das garantias. Até agradeço terem me promovido a presidente, mas gostaria de esclarecer que sou superintendente do Ibama. As garantias, eu não vou dar por mim, estou dando garantias com base no estudo competente, sério, feito pelo Instituto Chico Mendes, pelos técnicos da APA da Baleia Franca e do Ibama. As garantias estão na lei, e ninguém está acima da lei. E até é preocupante, às vezes, a gente vê afirmações de que as pessoas estão acima da lei. Não! Eu acho que a lei existe para ajudar as pessoas. Então, estas são as garantias: o que está na lei e o que está nos trabalhos.

Na questão das lagoas, eu acho que se está fazendo uma celeuma desnecessária, porque a criação de uma unidade de conservação... Por exemplo, no caso das estaduais ou municipais sobre áreas da União é factível, é legal. Essas áreas, inclusive, se prestam a essa finalidade, conforme a Constituição. Então não há qualquer problema em termo de criação, com relação a ser a lagoa estadual ou federal. Ali, no caso, são áreas sob influência da maré e, portanto, sim, as lagoas são da responsabilidade da União. Mas não é o caso aí.

A consulta ao governo estadual, inclusive, foi consulta pública. Você sabe que foi publicado em jornais, foi colocado nas rádios, mas nada disso também é problema. Inclusive, conversei com o representante da Fatma, que nos afirmou que não há qualquer questionamento da Fatma com relação ao processo de criação.

Finalizando, agradeço a paciência de todos vocês e espero que a gente possa chegar ao consenso, o que até hoje está difícil. E rendo a minha homenagem a duas mulheres brilhantes que conheço: a Maria Elizabeth, chefe da APA da Baleia Franca (*palmas e vaias da plenária*), e a companheira e colega de trabalho Érika, a quem tenho muito respeito e admiração pelo seu trabalho.

Obrigado.

(*Palmas e vaias da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, temos as duas inscrições e vamos intercalar pela ordem que recebemos.

O primeiro orador é o senhor Maro Odi de Souza, representando a Associação de Moradores, por até três minutos.

(*Manifestações da plenária. Inaudíveis.*)

Vocês, não vão decidir quem vai falar por eles, assim como eles não vão decidir quem vai falar por vocês.

O SR. MARO ODI DE SOUZA - Boa-tarde, presidente; boa-tarde a todos. Muito me preocupa autoridade do nível do superintendente do Ibama vir querer nos enganar escondendo o que está na lei. Por que ele não fala, por exemplo, que as unidades de conservação, quando não existem duas, além da área de amortecimento elas têm os corredores ecológicos, que muitas vezes podem ter as mesmas restrições das áreas de amortecimento? E pessoas como as que foram ao jornal de Garopaba dar entrevista, como o chefe do Ibama, da APA, colocaram que na área de amortecimento só não podem as indústrias. Estão aqui os dois decretos: a Lei 9.985 e o Decreto nº 43.040. Eu queria que ela me mostrasse onde que está escrito, porque eu não achei.

O superintendente tem que saber que não está escrito na lei "sob a influência da maré"; se define se a lâmina d'água é ou não do Estado. E que ele fique sabendo que se a lâmina d'água for pelo Estado, a União, sim, pode fazer a reserva, mas ele tem que pedir autorização ao Senado Federal para pegar o dinheiro para a indenização! (*Manifestação da plenária.*) Ele tem que saber isso, como autoridade! Como ele não sabe, o superintendente do Ibama!

Eu queria que a doutora Érika mostrasse ao grupo, que diz que eu sou manipulado, porque isso aí sobra para todos nós o que estão dizendo... que ela veja a APA de Anhatomirim, aqui em Ganchos, Governador Celso Ramos, o que fizeram com vocês, pescadores. Lá, eles não deixaram mais os pescadores pescarem para proteger os golfinhos, e os golfinhos foram embora. Está aqui o documento foi feito pela entidade que ouviu os dois lados! (*Manifestação da plenária.*) Vejam isto: os pescadores, coitados, que pegavam o seu sustento na beira do costão, não podem mais. E embarcações e escunas com motores fortes, entram na baía, fazendo os golfinhos irem embora. Eles foram embora por falta de alimento, porque comiam atrás das embarcações, quando os pescadores artesanais pescavam, e devido às embarcações com barulho. Esses dois motivos foram suficientes para eles irem embora. Lá, os pescadores dizem que eles não podem aumentar o seu rancho de pesca, não podem aumentar nada na sua casa, e o Ibama libera construções dentro da área de marinha para proprietários com maior poder aquisitivo. (*Manifestação da plenária.*) Está aqui para ser arquivado na nossa audiência pública!

É bom que se diga que vaiaram quando o prefeito Beto falou que as coisas serão cobradas - imagens e tudo. Está aqui no artigo 27 do Decreto-Lei 43.040, uso de imagens: "Na unidade de conservação, o uso comercial será cobrado para a atual administração da área." Está escrito aqui na lei! Agora, não vem com (*ininteligível*), porque o pior cego é aquele que não quer ver, é aquele que lê a lei e passa para a nossa população diferente! Eles...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.*)

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, Maro Odi.

Para falar em favor da Resex, eu convido...

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Solicito que a platéia permita continuarmos a oitiva dos inscritos.

Com a palavra o senhor Lédio da Silveira, presidente da Associação dos Pescadores de Ibiraquera.

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Peço que seja respeitado o horário!

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Eu solicito à platéia... Nós conduzimos até aqui...

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Esse tipo de provocação não será aceita! Nós também vimos como começou.

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Nós temos televisão! Eu só quero alertar que nós estamos com a cobertura da TV AL e está devidamente registrado quem está tomando iniciativas de levar esta audiência para um outro campo! Nós estamos com a TV da Assembléia Legislativa registrando tudo o que acontece aqui. Tudo o que acontece aqui está sendo registrado.

(*Manifestação da plenária fora do microfone. Ininteligível.*)

Eu peço calma para a platéia.

Concedo três minutos ao senhor Lédio da Silveira, presidente da Associação de Pescadores ASPCI.

O SR. LÉDIO DA SILVEIRA - Boa-tarde a todos, aos senhores deputados e aos visitantes.

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Por favor!

O SR. LÉDIO DA SILVEIRA - A nossa Associação de Pescadores não critica ninguém, nem prefeito, nem ninguém. Nunca fomos para a rádio criticar político ou prefeito. Eu sou filiado ao PP desde os 18 anos de idade, Joares Ponticelli, Zonta e Elísio Sgrott. Defendo e respeito. Senhor Volnei, Beto, seu Carlinhos, sempre respeitamos, nunca tocamos no nome de vocês em público, porque os respeitamos e queremos respeito com os nossos pescadores que estão em atividade.

Nós colocamos o problema para V.Exas. aqui, e vou deixar bem claro por que nós pedimos a reserva extrativista.

Os barcos atunzeiros (*sic*) estão levando a nossa sardinha e a nossa manjubinha pro mar novo pra pegar atum! (*Manifestação da plenária. Inaudível.*) E os peixes que nós pegamos, como a espada, o robalo, a anchova e a lula, não encostam mais na costa! A nossa Associação está batendo de frente pela retirada de semente de marisco que estão trazendo para a Praia de Fora, limpando os nossos costões!

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Eu peço à platéia, especialmente à mesa, seu Antônio, que respeite a manifestação do orador! Esse tempo está sendo descontado!

O SR. LÉDIO DA SILVEIRA - Seu Teixeira, eu o respeito, fui seu adversário na colônia, você ganhou e eu o respeito. Nunca critiquei o seu nome, eu o respeito. Agora, nós estamos aqui para colocar o problema da pesca artesanal e não criticar, e nós temos que chegar a uma conclusão para decidir sobre o desaforo que está na nossa área. Nós perdemos agora duas mil braças de rede que os barcos de arrastão levaram de lá! (*Manifestação da plenária.*) Levaram! Pescador apanhando na praia, na frente da colônia de pescadores, os mergulhadores batendo e você não fez nada! Você não defendeu o pescador! (*Palmas.*)

Nós estamos aqui para defender a pesca artesanal, seja onde for, seja em Brasília, seja em Garopaba, seja em Imbituba, estamos preparados para defender! E seja onde for, porque nós sabemos onde está o problema da pesca artesanal, eu sei onde está o problema da pesca artesanal e vou lutar por ela! A não ser que V.Exas. mandem me matar antes disso! (*Manifestação da plenária.*) Porque eu vou resgatar o que resta disso, eu vou resgatar! Os pescadores da nossa comunidade nunca tiveram voz e agora eu vou lutar por eles, porque eu sei onde está o problema deles e vou buscar, seja onde for, seja na Assembléia, seja em Brasília, seja onde for, vou buscar onde está o problema da pesca artesanal! (*Palmas e vaias da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado. Representando...

(*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

(*Dá-se início a um tumulto na plenária.*)

Eu peço que sejam retirados deste recinto todos aqueles que repetirem essas iniciativas! Eu peço inclusive à Casa Militar que reforce... Solicito reforço!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC) - Deputado Joares...

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Solicito reforço!

Com a palavra o diretor da Associação Empresarial de Imbituba e membro do Conselho Político e Empresarial da Região Sul, senhor Joaquim Paulo Guarache Leonardo.

O SR. JOAQUIM PAULO GUARACHE LEONARDO - Senhoras e senhores, o meu muito boa-tarde, e à mesa os meus cumprimentos. Nós precisamos de bastante serenidade e calma, porque o assunto realmente é polêmico. Então vamos pôr nossa cabeça no lugar e raciocinar, procurando ver se nós conseguimos alcançar um ponto convergente.

Deixem-me falar de uma posição bastante clara, e quem me conhece já sabe a minha posição. É o seguinte: os problemas ambientais, não só da lagoa de Ibiraquera, como de Imbituba, de Santa Catarina, do Brasil, existem, e ponto final. Nós precisamos alterar o nosso modo de viver, como nós consumimos. Ponto final! Não se está discutindo isso! Eu tenho certeza que todas as pessoas aqui dentro têm o seu viés ambiental ao apresentar suas proposições, a favor ou contrárias à Resex. Vamos respeitar e veremos que todo mundo quer a mesma coisa. Não se está concordando é com os mecanismos para alcançar essa coisa; o que está em discussão são os mecanismos, não os objetivos. Tenho certeza que dos dez objetivos apresentados pelo pessoal favorável à Resex, eu concordaria com nove sem discutir, já falei isso para muita gente, e talvez discutindo um pouco eu concordaria com o décimo. Mas o problema não é esse, o problema são os mecanismos para se alcançar isso.

Quando existe litígio... Não, litígio é muito brabo; quando existe um desentendimento em relação a alguma ocupação, a algum bem, a algum serviço, as partes têm que sentar e conversar. Agora, o que está acontecendo, deputado Décio e deputado Pedro, é o seguinte: quando existe sobre o pescoço de quem se manifesta contra a Resex um facão, dizendo... enquanto nós estamos conversando aqui, pode ser que tenha sido assinado lá. Nós não temos tempo para ficar discutindo um montão de coisas se não houver uma interrupção, mas alguém tem que chegar e falar, tem que garantir que essa interrupção vai haver. Não pode ficar só na promessa. Eu não posso ter muita tranqüilidade em discutir um problema sobre o qual eu esteja correndo o risco de ter o meu pescoço cortado. Não posso! É inadmissível! A pessoa reage! É isso o que está acontecendo. O mecanismo é que induziu a isso.

Então, como foi dito aqui pelo Maro Odi, as Resex foram feitas para eliminar conflitos, mas essa aqui criou conflitos até entre irmãos e amigos. Agora, ainda existe tempo para se recuperar isso. Vamos parar com tudo e sentar, os pescadores artesanais, o pessoal das pousadas, o pessoal que tem casa de veraneio, as administrações, vamos sentar, assim como estamos fazendo também no plano diretor, porque eu tenho certeza que a nossa inteligência vai nos obrigar a chegar a um ponto comum que sirva aos dois: um perde um pouco cá, outro perde um pouco lá. Agora, com um facão no pescoço é impossível dialogar.

Então, eu peço que as autoridades e o pessoal que está aqui, que os pescadores artesanais, seus familiares, etc., pensem nisso, pois é impossível dialogar com um facão no pescoço. Então que se tire o facão do pescoço e que se sente, porque aí nós vamos encontrar uma solução para todo mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, Guarache. Acho que você trouxe uma grande contribuição a esta audiência pública. E pelas manifestações de aplauso dos dois grupos, acho que foi muito feliz, foi o primeiro a ser aplaudido pelos dois grupos. (*Palmas*.)

Por fim temos a inscrição da Cida, que representa o Fórum da Agenda 21, a quem concedemos a palavra. (*Palmas e vaias da plenária*.)

Vamos respeitar o tempo para que possamos encaminhar essa audiência na seqüência.

A SRA. MARIA APARECIDA FERREIRA - Primeiro quero agradecer por este espaço, por este momento, que para a nossa comunidade é muito especial, pois estamos aqui talvez decidindo o futuro das nossas gerações, do que queremos no futuro. (*Manifestação da plenária*.)

Eu gostaria de falar com clareza e transparência para todo mundo que está aqui e que nunca participou do processo lá na Ibiraquera. Eu fico triste ao ser comparada com o Hitler, que por ideologia quis fazer alguma coisa sem discussão. Eu quero dizer à mesa, a todos os deputados, que várias vezes houve convites para a prefeitura, para a Secretaria, através do Fórum da Agenda 21, para discutirmos esse processo. (*Manifestação da plenária. Inaudível.*) Estamos há um tempão mandando os convites e a gente pode provar, porque estão protocolados. Agora, se não chegaram aos gabinetes dos governantes, eu digo que existe uma incompetência muito grande da sua assessoria. (*Vaias.*) Agora, a gente sempre convidou! A comunidade sabe quantos carros de som passaram convidando. Talvez nunca tiveram paciência de ir para as reuniões sábado à tarde para fazer a discussão.

Agora, depois que dizem que os moradores vão perder todas as suas terras, aí é claro que dá medo, e o medo faz com que tenham paciência para ir para as reuniões, mas aí já com a cabeça feita sendo contra. (*Vaias.*) E foi isso o que aconteceu. Aqui estão todos os protocolos e a gente pode provar. Por isso esse processo é legítimo.

Os pescadores nos mandaram a demanda e a gente, como liderança, só apoiou os encaminhamentos. Eles são os maiores protagonistas desses processos, são as colônias de pesca artesanal que lá resistem. São minorias? São! Mas querem existir. Agora, a gente está vendo aqui uma grande demagogia!

Eu participei da Conferência do Meio Ambiente, pois faço parte da delegação para defender o meio ambiente, mudanças climáticas e o aquecimento global, e lá foi aprovada por unanimidade uma moção a favor da implantação de reservas extrativistas, sim! Porque é o nosso futuro, sim! (*Vaias.*) Está aqui, aprovado. Também foi aprovado um repúdio à Câmara de Vereadores por ter feito que uma pessoa do governo federal, que nos assessora e nos ajuda a cuidar do meio ambiente, fosse *persona non grata*. Essa moção foi feita e aprovada por unanimidade.

Eu quero dizer que a gente convida todos aqueles que ainda dizem que o processo não é aberto para irem todas às terças-feiras no Conselho Comunitário. (*Manifestação da plenária. Inaudível*.) Concordo, pela primeira vez, com o Guarache...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido*.)

(*Manifestação da plenária. Palmas e vaias.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, Cida.

A mesa tem duas propostas: a de suspensão do processo... Poderemos resumir as duas numa só, apresentada basicamente por todos os federais e com o deputado Grando e o deputado Edison Andrino, no sentido de extrairmos desta audiência pública o encaminhamento pela suspensão do processo para que sejam feitos questionamentos ao Ibama e à Procuradoria-Geral do Estado. E penso que o Guarache, que na sua manifestação mereceu a concordância da maior parte dos integrantes desta audiência pública até aqui, poderia contribuir nessa direção.

Então nós teríamos uma proposta que poderia ser contemplada em um só encaminhamento, mas eu quero, pelo tempo não superior a dois minutos, ouvir, em respeito aos representantes desta Casa, a manifestação de concordância ou não dos quatro deputados que compõem esta audiência.

Deputado Pedro, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC) - Senhor presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Três minutos para cada deputado, por favor, não mais do que isso. E depois vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC) - Três encaminhamentos, e o terceiro é sobre essa proposição de suspensão.

Eu quero que fique registrado na história e nos anais desta audiência pública as duas moções que foram aprovadas por unanimidade na Conferência Estadual do Meio Ambiente por 350 delegados, realizada no último final de semana. Esse é o primeiro encaminhamento que eu quero que conste. Não é um espaço de deliberação, é só um pedido para que conste, para que eu não precise ler aqui e fique nos anais desta Casa.

Segundo encaminhamento: eu acho que esse espaço é democrático, várias pessoas se manifestaram e as palavras de cada um têm conseqüência; cada um tem responsabilidade sobre os seus pronunciamentos. Em relação ao meu, quando eu me refiro aos pescadores, às carteiras de pescadores e ao número de pescadores na relação com pesca artesanal (porque fiz uma referência da fala do prefeito e do presidente depois da manifestação do presidente da colônia dos pescadores), eu quero solicitar aqui um encaminhamento: que a gente consiga na Seap, na Secretaria da Pesca, essa relação do número de pescadores, de defeso, para que a gente possa dirimir as dúvidas (*palmas*), dialogar e contribuir, ajudar. Este é o segundo encaminhamento.

Em relação à suspensão ou não, deputado Joares Ponticelli, esta é uma audiência pública e todos os encaminhamentos que produzem uma ou outra posição, ela só se encaminha se tiver consenso ou se decide por maioria. Por ser audiência pública, quero ter o entendimento da mesa e da presidência que coordena os trabalhos: no caso da posição de mérito de suspensão do processo, pelo menos no meu entendimento, não há consenso na plenária. Não tendo consenso na plenária, tenho dificuldade em imaginar e deliberar esse encaminhamento. São várias posições de deputados, de lideranças, e é visível que a maioria quer a suspensão. É visível, não estou discutindo isso. Mas como é uma audiência pública, é preciso manter as posições, mesmo que minoritárias. (*Manifestação da plenária. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Peço que seja garantido o tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC) - Pessoal, eu quero o entendimento da mesa e estou pedindo para o presidente deliberar sobre isso. Se o presidente tem outro entendimento, eu quero dizer que a audiência pública aqui não delibera em forma de lei, nós temos as Comissões aqui na Assembléia, tem um espaço. Audiência pública é para ouvir as diferentes posições, e ao ouvir as diferentes posições, todos percebem quem é a maioria ou a minoria aqui. (*Manifestação da plenária.*) Portanto, tem que manter em aberto as posições.

E quero dizer aqui, sobre as palavras do representante da Associação Comercial e Industrial, para que todo o teu discurso tenha validade aqui: se deliberar com uma única posição aqui, não tem possibilidade de diálogo e amanhã não tem outro diálogo. Então, mantém por maioria esse debate da suspensão, mas também há outras posições aqui colocadas, havendo perspectiva de diálogo. É nessa sensatez e nessa serenidade do teu discurso que coloca a possibilidade de direito de diferentes posições: direito de uma posição e direito de outra numa audiência pública, independente de ser maioria ou não. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Pedro.

Com a palavra o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Quero fazer o meu encaminhamento e pedir permissão para me ausentar em seguida, presidente, pois tenho outro compromisso.

Quero ir na linha do Guarache, que é a idéia que eu imaginava desta audiência: o bom senso, o diálogo, enfim, a gente tentar dar um encaminhamento.

Se nós temos alguns consensos, em que todos dizem que natureza, sim; em que todos dizem que o Ibama não consegue fiscalizar a lagoa, o que se quer é um amadurecimento da sociedade para que ela própria possa fiscalizar, e todos vão participar. O plano de manejo, todos vão fazer e todos vão fiscalizar! (*Manifestação da plenária. Palmas.*) A idéia da lei é esta - e essa lei não foi feita agora, no governo Lula, foi feita no governo anterior, só para citar. Mas a idéia é esta! O que se quer é isto! Há tempo para dialogar, há espaço para isso e não precisa nem suspender.

Eu queria que a doutora Érika pudesse dizer aqui o estágio do processo, presidente, para que a gente pudesse fazer o encaminhamento.

(*Manifestação da plenária. Inaudível*.)

Mas há tempo para isso. E eu entendo que muitas coisas precisam ser esclarecidas. Há muitas inverdades que precisam de esclarecimento, mas para isso é preciso diálogo. Todos vocês são da mesma comunidade, são todos irmãos, portanto precisam se dar a oportunidade do diálogo e não levar para o campo pessoal. É o apelo que eu faço.

Eu queria fazer esse encaminhamento, presidente. Há tempo para o diálogo, a doutora Érika pode esclarecer, para o encaminhamento, para o esclarecimento, para restabelecer as verdades. Resex ou APA não é incompatível com turismo. Pelo amor de Deus! Muito pelo contrário, a região vende para o mundo afora o ecoturismo. A Baleia Franca trouxe muito mais gente do que impediu investimentos. (*Manifestação da plenária. Palmas e Vaias.*) Se tem alguma coisa que está faltando, se tem algum entrave, é a falta do Plano de Gerenciamento Costeiro, é a falta de um código ambiental! As novas legislações realmente irão dar condições para os técnicos analisarem, ver as medidas compensatórias e aprovarem os projetos.

Eu queria fazer esse encaminhamento, pedindo uma oportunidade para o diálogo, para o bom senso, pois há tempo para isso. E eu gostaria que a doutora Érika pudesse esclarecer. (*Palmas e vaias da plenária.*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Décio.

Com a palavra o deputado Sérgio Grando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDO (SC) - Senhor presidente e companheiros presentes, eu quero ser muito claro, inclusive porque temos em mãos um documento do próprio Ibama que diz: "Roteiro para a criação e legalização das Resex", no qual no primeiro item está colocado: "solicitação dos moradores". Eu entendo que a solicitação dos moradores é maioria ou é uma minoria. Se é maioria, está surgindo dúvidas, ótimo, pois é bom que existam dúvidas, porque da dúvida sai um processo melhor.

Portanto, nós defendemos que se deva prolongar essa discussão com toda clareza, permeando a participação e a questão democrática e tirando certos tabus.

Eu também quero deixar claro que obviamente existem várias e várias formas para proteger, várias e várias maneiras, e que a comunidade é sábia. Por exemplo, a colônia de pesca é eleita. Presidente, eu me preocupo, porque é uma dissidência da colônia de pesca, e isso nós temos que (*ininteligível*), pois como deputados, somos responsáveis. Há uma associação de pescadores. E aí o conflito vem não de agora por causa da Resex, vem de muito tempo, porque eu conheço aquela região - já estivemos reunidos em função da criação de camarão, que tivemos de pedir para suspender. Mas de repente, por causa dessa dissidência, um lado abraça uma causa e o outro abraça o contrário. Mas o objetivo não é esse, o de ser a favor ou contra. Nós temos inteligência suficiente para aprofundar a questão democrática e fazer surgir a melhor solução. A Colônia de Pesca, a Polícia Ambiental, o Ibama, a Fatma, a Fundação Municipal do Meio Ambiente, se existir - se não, deve ser criada, estimular isso em todos os municípios. A Colônia da Pesca e a Associação conhecem o defeso, assim como a questão social e a questão da comercialização.

Então, nós podemos encontrar soluções, ao invés de simplesmente... Até há um questionamento: é lagoa ou é laguna? Esse é um questionamento muito sério quanto à legislação. Se ela tem ligação com o mar, é laguna. Por isso que a laguna de Santo Antônio dos Anjos tem essa denominação, por ser uma laguna. Se ela, por um certo tempo, fecha, e a mão humana tem que abrir, são discussões que se tem que travar porque as regras são diferentes.

Eu acho importante essa discussão. Todos nós somos favoráveis à proteção, principalmente do ser humano, porque ele faz parte dessa questão da natureza, mas é preciso escolher a melhor forma. Eu acho que não se trata nem de votar, companheiro Uczai, acho que se trata de entrar num consenso.

Eu pediria que três representantes de um lado e três do outro procurassem entrar num consenso, porque não é só adiar a discussão, porque aí fica um ano, dois anos, mas determinar um tempo para que se aprofunde a discussão. Até lá poderemos ter o gerenciamento costeiro, que aqui não foi falado e que é lei estadual; poderemos ter o artigo 23 da Constituição implementado - que não sei qual é o interesse, mas já houve reuniões e reuniões e não se tratou das competências, ou seja, o que pertence ao governo federal, ao estadual e ao municipal, os três entes federados na sua soberania, que o povo elegeu democraticamente, sim: o prefeito, o governador e o presidente -, e não achar que em função de não terem sido julgadas as competências, quem entende de meio ambiente é que vai ordenar. Eu tenho medo dessa questão da democracia. Por isso luto pela democracia ambiental.

Nós não podemos subestimar...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Grando.

Concedo três minutos à deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA (SC) - Estou aqui observando os ânimos bastante animados, acirrados... E o assunto, companheiros, é muito, muito sério. É um assunto que vai ter repercussão daqui a duas ou três gerações, e por isso precisamos cuidar.

Eu fecho com a proposta do senhor Guarache, em protelar para se discutir mais, porque é uma coisa que não se pode debater no calor da emoção. (*Palmas.*) Agora, eu quero pedir a todos, aos pais responsáveis, aos avós e às mães que aqui estão: não se deixem usar como massa de manobra. Pensem no futuro, pensem nos seus filhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Ada.

Estamos com o nosso tempo extrapolado em quarenta minutos daquilo que foi previsto.

Penso que todos os lados tiveram a oportunidade de colocar as suas verdades, as suas crenças, e daqui para frente ninguém vai mais convencer ninguém, pois acredito que os juízos estejam formados. (*Palmas.*) Mas o que precisamos, e quero repetir que não me manifestei desde o início desta audiência pública...

Eu propus a realização desta audiência porque recebi de vários segmentos das comunidades que também represento nesta Casa uma preocupação, que hoje pudemos trazer para toda a Assembléia Legislativa. A própria deputada Ada reconheceu publicamente, agora há pouco, que não tinha noção que a preocupação estivesse nessa ordem, como outros parlamentares também. Então, entendo que foi dada a oportunidade de manifestação a todos.

O deputado Sérgio Grando traz uma contribuição que complementa a proposta do Guarache. Eu tive a oportunidade, na legislatura passada, de ser o autor do projeto de lei que instituiu o Plano de Gerenciamento Costeiro e realizamos, ao longo de três anos de debate, cinco audiências públicas - infelizmente nem todas com a participação que pretendíamos da comunidade interessada. Na ocasião, deputado Grando, V.Exa. era presidente da Fatma e teve uma participação extremamente importante nesse processo, até porque havia o questionamento do projeto ser de origem parlamentar e não governamental. Mas o problema é que os sucessivos governos, ao longo de décadas, não encaminharam o Plano de Gerenciamento Costeiro para cá, mas nós conseguimos aprovar uma proposta por unanimidade na legislatura passada, que infelizmente ainda não foi devidamente implementada - nós já estamos com ele aprovado há quase três anos e não temos o Plano de Gerenciamento Costeiro implementado no Estado.

Agora, o avanço daquele plano... Na minha proposta original o plano continha quase noventa artigos; era um plano altamente restritivo que dava ao Estado de Santa Catarina um tratamento igualitário. Fui convencido, na caminhada aqui na Assembléia, que o plano deveria ser reduzido a não mais que doze artigos, dando aos municípios a competência de executar os seus planos de zoneamento, porque cada município conhece a sua realidade. É evidente que os problemas que a região da baía da Babitonga enfrenta não são os mesmos da serra do Tabuleiro, da região da Laguna, do complexo lagunar. Cada região, cada município precisa discutir, elaborar o seu plano de zoneamento. É no município que moramos, é no município que vivemos, e tem que ser dado a ele essa autonomia. Ninguém mais legítimo que os vereadores, que são os representantes daquela comunidade, para, junto com o Executivo municipal, fazer esse encaminhamento.

Essa é a essência do nosso Plano de Gerenciamento Costeiro, que segundo informações do Executivo estadual está na fase final de regulamentação.

Por outro lado, deu entrada nesta Casa Legislativa - tardiamente, mas que bom que chegou - o novo Código Ambiental. Amanhã será feita a distribuição no âmbito da Comissão de Justiça, deputado Pedro Uczai, à qual integramos, e a comunicação do relator do projeto do Código Ambiental. Eu imagino que essa matéria vai ensejar uma grande discussão ao longo deste ano. Quantas audiências públicas não teremos que realizar?! E aí não só para discutir a região litorânea, como fizemos com o Plano de Gerenciamento Costeiro, mas para discutir as questões ambientais de todo o Estado.

Então, é de bom senso - e aí o apelo que faço, mas não para colocarmos em votação - que extraiamos daqui um encaminhamento, porque não vamos decidir essa questão. Lamentavelmente, como aqui foi dito, essa questão não será decidida nem pelo Congresso Nacional. E eu, defensor do Parlamento que sou, também entendo que os Parlamentos têm sido enfraquecidos em relação a esses assuntos.

Mas penso que em função da implementação do Plano de Gerenciamento Costeiro aqui no Estado que está acontecendo; em função do questionamento que levantou o deputado Onofre Santo Agostini, que é o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; em função de que vamos discutir a partir de amanhã, como eu disse, o novo Código Ambiental, que esta Casa terá de amadurecer essa discussão e votar este ano; e complementando com a proposta do Guarache e de tantos outros que se manifestaram, devemos usar o bom senso para fazer um apelo ao Instituto Chico Mendes e ao Ibama no sentido de que suspendamos esse processo por ora (*palmas*), porque não é verdade... Mas suspender, como disse o deputado Grando, para continuar conversando.

Agora, quem insiste em dizer que não pode suspender, é porque... Realmente pode evitar uma discussão mais ampla. E está visível, não só nesta audiência pública, está visível, não há como negar, que a maioria esmagadora das populações envolvidas é contra! Não há como negar! (*Palmas.*) E sejamos honestos, isso não é democrático. E não venham com...

(*Um dos integrantes da platéia levanta uma faixa.*)

Eu não aceito! Se a faixa com o termo "manipulado" é dirigida a mim, eu dispenso. (*Palmas*.) Eu me considero muito esclarecido e me sinto com autoridade de quem, depois de anos de governos omissos, inclusive dos que integrei, teve a coragem de apresentar na legislatura passada o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Portanto, a palavra manipulado para mim não serve e eu não aceito! (*Palmas*.)

Agora, está claro, não há como negar, que a maioria esmagadora da população não quer. Por isso é uma questão de encaminhamento, e eu respeito a idéia de quem defende. (*Manifestação da plenária. Inaudível*.) Mas me parece que o conceito de democracia aqui está conflitante. (*Manifestação da plenária. Inaudível*.) Exatamente! O deputado Sérgio Grando lembra muito bem, ou seja, que a forma que o processo está sendo encaminhado é que atropela, parecendo-nos uma imposição ditatorial e antidemocrática. Esse é o entendimento. (*Palmas*.)

Nesse sentido, extraímos daqui todas as posições. Toda esta audiência pública está sendo taquigrafada, desde o seu início, e vamos encaminhar a todos. Mas não vamos colocar, deputado Pedro, em respeito a esse encaminhamento... Porque como eu disse, o nosso votar ou não não vai decidir, agora, a nossa posição majoritária desta audiência pública será informada aos dezenove integrantes da bancada federal catarinense - aos dezesseis deputados federais e aos três senadores - e a todos os órgãos competentes (*palmas*), para ficar claro e documentado, mais uma vez, que as populações de Imbituba, de Garopaba e de Paulo Lopes, majoritariamente, são contra a implementação dessa Resex da forma como está sendo feita. (*Palmas*.)

Queremos lembrar que no dia 25 essa discussão vai continuar, e o que teremos aqui nessa data não será nada diferente do de hoje. Por isso o apelo que se faz mais uma vez ao bom senso, porque agora estão vindo aí a baía da Babitonga, com também 80%, 90% da população dizendo "não" pela forma como se quer implementar mais uma reserva, e os campos de altitude, que também estarão aqui protestando e dizendo que não aceitam essa posição. Queremos convidar todos a participar dessa nova audiência pública no dia 25, das 9h às 12h, continuando no tema, mas aí especificamente sobre campos de altitude e reserva da baía da Babitonga.

No mais, eu acho que conseguimos manter esta audiência num certo nível de respeito. É preciso que na saída, agora, se continue discutindo até no campo ideológico como alguns têm feito, mas nunca em outras esferas, como aqui se tentou.

Muito obrigado a todos e esse é o encaminhamento que faremos desta audiência. (*Palmas e vaias da plenária*.)

(*Está encerrada a reunião*.)

JOARES PONTICELLI
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E A MULHER REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:30 HORAS.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de março do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Pedro Uczai (vice-presidente), amparado pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Senhores(as) Deputados(as): Elizeu Mattos, Odete de Jesus, Serafim Venzon. Iniciando os trabalhos, foram aprovados: Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada na data de 27 de fevereiro do corrente ano; Requerimento da Deputada Ana Paula Lima, solicitando Audiência Pública sobre "Depoimento sem Dano", a ser realizada na data de 27 de junho do corrente ano, das 08:00 às 18:00 horas, afim de debater o PL nº 4.126/2007. Os Senhores Deputados passaram a relatar as matérias: o senhor Deputado Elizeu Mattos, leu os seus pareceres nos Projetos; PL nº 0407.9/2007, que dispõe sobre a Obrigatoriedade de Instalação de Brinquedos Adaptados para Crianças com Deficiência nos parques e áreas de lazer, de autoria do Deputado Darci de Matos, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em ato contínuo a Sra. Deputada Odete de Jesus, pede a palavra para parabenizar ao Sr. Deputado Darci de Matos autor do Projeto pela iniciativa; PL nº 0559.2/2007, que institui o Dia da Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC no Estado de Santa Catarina, de autoria da Deputada Odete de Jesus, exarando parecer pela aprovação com Emenda Substitutiva Global de autoria do Dep. Elizeu Mattos, que posto em discussão foi solicitado vistas em mesa à Deputada Odete de Jesus, sendo que posto em votação foi aprovado por unanimidade parecer do Deputado Elizeu Mattos; Projeto de Lei nº 0152.5/2007, que dispõe sobre destinação de imóveis populares construídos aos portadores de deficiência, de autoria do Deputado José Natal Pereira, exarando parecer pela aprovação com Emenda do Deputado José Natal Pereira, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na seqüência o Senhor Presidente convida o Deputado Serafim Venzon para ler o seu parecer, no Projeto de Lei nº 554.8/2007, que determina que as caixas de medicamentos, distribuídas e/ou comercializadas no âmbito do Estado de Santa Catarina, tenham o nome do produto e dosagem, escritos também em linguagem braile e fixa outras providências, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que posto em discussão e votação, foi pedido vistas em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. Na seqüência, o Sr. Deputado Pedro Uczai lê o parecer da Deputada Ada De Luca, presidente desta Comissão no PL nº 0499.7/2007, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Irmã Úrsula Heidemann do Município de Turvo, de autoria do Deputado Clésio Salvaro, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Antes de encerrar a presente reunião o Sr. Presidente, agradece a participação dos Deputados membros, dos funcionários da Imprensa, TVAL, Rádio Alesc, som, copa e funcionários da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Claudiane B. Remor Borghezan, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em 27 de fevereiro de 2008.

Deputado Pedro Uczai
Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia vente e seis do mês de março do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Dirceu Dresch, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Coordenadoria das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Kennedy Nunes, Nilson Gonçalves, Elizeu Mattos e Edson Piriquito. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente leu a Ata da Primeira Reunião Extraordinária e da Primeira Reunião Ordinária da Comissão. Foi justificada a ausência do Senhor Deputado Cesar Souza Júnior. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente comunicou que primeiro resolveria os assuntos de Pauta da comissão, para depois chamar os convidados para participarem da mesa. Ato continuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0332.7/07, sendo o Senhor Deputado Edson Piriquito relator, aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0007.8/07, sendo relatado pelo Senhor Deputado Elizeu Mattos, que colocado em discussão e votação, foi pedido vistas pelo Senhor Deputado Nilson Gonçalves. Em seguida o Senhor Presidente comentou sobre as audiências já aprovadas, como a solicitada pelo Senhor Deputado Elizeu Mattos, melhorar a segurança das rodovias e no transito do Estado que será agendada juntamente com a comissão de Transportes, data a combinar; temos também a audiência sobre o Sistema Prisional do Estado, requerida pelo Senhor Deputado Dirceu Dresch, estamos propondo dia 21 de maio, dependendo da disponibilidade do Plenárinho desta casa, fica confirmada na próxima reunião a data . Na seqüência o Senhor Presidente convida os vereadores Imenésio de Souza, Silvano Garcia, Lucien Aguiar, Claudinei Loos e Marli Teresinha Schmitt Garcia, todos de Balneário Camboriú; Senhor José Simas Presidente do partido dos Democratas de Camboriú e os Delegados da Polícia Civil Renato Hendges do DEIC e Maurício Eskudark Delegado Geral de SC, para comporem a mesa e juntos contribuírem no sentido de tomarem providências referentes ao elevado índice de violência no município já discutido em Audiência Pública realizada em 19 de setembro de 2007, foi dado prazo de 40 dias para encaminharem resultados das investigações, já se passaram seis meses e nada foi alterado e nem encaminhado a Comissão de Segurança Pública. Foi solicitado ao Delegado Renato Hendges, que agora esta responsável pelo caso, que coloque ao par das investigações as pessoas aqui presentes, apresentou o material reunido até o presente. Depois de longa discussão e apresentações de trabalhos desenvolvidos pela polícia civil, os vereadores reafirmaram sua preocupação pela falta de atitude e pedem mais agilidade e interesse das autoridades pois vidas correm perigo e outras eleições se aproximam, pela denuncia pode ser intriga política que pode continuar por culpa da impunidade. Por preocupação dos componentes da mesa, foi resolvido que encaminhassem todo o material a Corregedoria Geral para analisar se esta sendo cumprido o que foi investigado.O Senhor Deputado Edson Piriquito pede ao Delegado Renato Hendges que não os abandone, que se possível traga o Delegado Feijó da Corregedoria Geral numa próxima reunião. Para encerrar o Senhor Deputado Dirceu Dresch pede que sejam breves, concorda com o Deputado Piriquito em trazer o Delegado Feijó e se preocupa com a demora para resolver fatos tão perigosos, diz que continuara acompanhando e colaborando com as investigações. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente . Reunião, a qual, eu Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 26 de março de 2008

Deputado Dirceu Dresch
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 8ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, contando com a presença da senhora deputada Odete de Jesus e dos senhores deputados: Décio Góes, Gelson Merísio, Flávio Ragagnin, Manoel Mota, Silvio Dreveck, Renato Hinnig e José Natal Pereira. Ato contínuum, o Presidente colocou em votação a ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão, que foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, o deputado Gelson Merísio relatou o PLC./0002.9/2008, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao deputado José Natal Pereira, que relatou a MPV/00145/2008. Com essa medida, o Governo pretende instituir a partir de primeiro de março de dois mil e oito, o Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de professor, especialista em assuntos educacionais, assistente técnico-pedagógico e assistente de educação, aos professores admitidos em caráter temporário do magistério público estadual e da Fundação Catarinense de Educação Especial; não receberão os valores previstos como gratificação, os servidores afastados da sala de aula, seja por motivo de saúde própria de seu cônjuge, ou de pessoa da família, em readaptação, licenças especiais para freqüentar curso de pós-graduação, para concorrer ou exercer mandato eletivo, ou ainda em permuta entre Estados, em usufruto de licença-prêmio, férias, em convocação ou à disposição de outro órgão e outros afastamentos legais. A proposta do Executivo é a concessão de cem reais, de março a julho, para professores com carga horária de quarenta horas semanais e aos da Fundação Catarinense de Educação Especial, que atuam nas APAES. O valor passaria a duzentos reais de agosto a dezembro. Em discussão, foi solicitado vista em mesa ao deputado Décio Góes, em relatório de voto vista das bancadas do PT,PP,PRB; e do deputado Sargento Amauri Soares(PDT) foi apresentado uma emenda substitutivo global. Para os parlamentares oposicionistas, o melhor encaminhamento seria transformar os valores que o Governo do Estado gastará em gratificações com o Prêmio Educar em reajuste salarial. O raciocínio leva em consideração, os cerca de sessenta mil servidores do magistério, entre ativos, inativos e de caráter temporário. A emenda substitutiva global prevê dois reajustes salariais de cinco por cento, sendo um válido a partir de março de dois mil e oito e outro em março de dois mil e nove. A data-base da categoria para negociação salarial seria no mês de maio. O deputado Décio Góes afirmou que "não há como compactuar com uma atitude discriminatória do Poder Executivo, atentando diretamente contra a idéia de justiça social". Com a palavra, o deputado Manoel Mota questiona, como também o relator José Natal Pereira. Segundo eles, a proposta do governo é a única viável no momento. O relator comentou que o Prêmio Educar é fruto de uma negociação do Governo com os professores grevistas. "O Governo vem devendo uma política de reajuste aos professores há muito tempo, mas esta foi a melhor medida, não adianta oferecer o impossível, pois existem impedimentos legais como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)". Em discussão e votação, foi aprovada por maioria. Não havendo nada mais a tratar, o presidente deu por encerrado os trabalhos da reunião, dos quais eu, Sílvio Nestor de Souza, chefe de secretaria, digitei a presente ata, que após aprovada por todos os membros, será assinada pelo presidente da Comissão e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato Nº 040/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 018/2008, celebrado em 02/04/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: ZACCHI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Aquisição e instalação completa de 38 (trinta e oito) equipamentos de ar condicionado e 11 (onze) sistemas de drenagem, todos novos e de primeiro uso, conforme descrição e especificações contidas no contrato e condições propostas pela contratada.
VALOR GLOBAL: R$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, e suas alterações; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 005/2008; Autorizações para Processo Licitatório n.º 0046, 0058 e 0125/2008, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
Florianópolis, 02 de abril de 2008.
Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC
Emerson da Silva / Milton Batista Martins - Empresa

*** X X X ***

Extrato N.º 041/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 017/2008, celebrado em 01/04/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Kerberos Inovações Empresariais Ltda - Epp
OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos e software para realização do projeto de segurança eletrônico da Alesc, de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos, Proposta da Contratada e do respectivo Contrato.
VALOR GLOBAL: R$ 155.000,00 (cento e cinqüenta e cinco mil reais).
PRAZO: Compreendido entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.
ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 1144 (Manutenção Serviços Administrativos Gerais) e dos itens orçamentários 3.3.90.39.25 (serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins), 3.3.90.39.94 (aquisição de softwares de aplicação), 4.4.90.52.24 (equipamentos de proteção, segurança e socorro) e 4.4.90.52.35 (equipamentos de processamento de dados), todos do orçamento da ALESC.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 003/2008, e Autorizações da autoridade competente no Processo Licitatório n.º 005/2008, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 01º de abril de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Clóvis Margreiter - KERBEROS

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 14.406, de 09 de abril de 2008

Concede Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 145, de 12 de março de 2008, e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 311 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, a partir de 1º de março de 2008, o Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação, do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação, lotados e em exercício nas unidades escolares, e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Art. 2º O valor do Prêmio Educar será pago mensalmente com base nos seguintes critérios:

I - R$ 100,00 (cem reais), de março a julho, para os ocupantes do cargo de Professor, com carga horária de 40 horas semanais, que estejam efetivamente ministrando aulas, que passarão a perceber R$ 200,00 (duzentos reais) a partir de agosto de 2008;

II - R$ 100,00 (cem reais), de março a julho, para os ocupantes do cargo de Professor do Quadro do Magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial, que atuam nas APAEs e campus da Fundação, efetivamente ministrando aulas, com carga horária de 40 horas semanais, que passarão a perceber R$ 200,00 (duzentos reais) a partir de agosto de 2008; e

III - R$ 75,00 (setenta e cinco reais), de março a julho, para os ocupantes dos cargos de Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, atuando na unidade escolar, que passarão a perceber R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) a partir de agosto de 2008.

§ 1º O Prêmio Educar de que trata este artigo somente será concedido aos ocupantes do cargo de Professor que estiverem ministrando aulas dentro do estabelecido nos arts. 4º e 11 da Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992.

§ 2º Aos professores do Quadro do Magistério que atuam na Área 7, com carga horária de 40 horas semanais, será concedido o Prêmio Educar no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), de março a julho, e a partir de agosto de 2008 passarão a perceber R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais).

Art. 3º O valor do Prêmio Educar de que trata o art. 2º desta Lei será concedido proporcionalmente ao regime de trabalho.

Art. 4º Sobre o valor do Prêmio Educar de que trata o art. 2º desta Lei não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o servidor, exceto a tributação de outra esfera de governo.

Art. 5º O Prêmio Educar não será concedido aos servidores em afastamento por motivo de saúde própria, de saúde do cônjuge ou de pessoa da família, readaptação, licença especial prevista na Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, licença para freqüentar curso de pós-graduação, licença para concorrer ou exercer mandato eletivo, permuta entre estados, usufruto de licença-prêmio, férias, em convocação ou à disposição de outro órgão e outros afastamentos legais.

Art. 6º O servidor que estiver em licença para trato de assuntos particulares, licença para freqüentar curso de pós-graduação, licença especial prevista na Lei Complementar nº 58, de 1992, licença para concorrer ou exercer mandato eletivo, à disposição para outro órgão, com ou sem ônus, em permuta entre estados, quando do seu retorno, deverá exercer suas atividades, de acordo com os critérios previstos no art. 2º desta Lei, por período de noventa dias para início do recebimento do Prêmio Educar.

Art. 7º O art. 2º da Lei Complementar nº 289, de 10 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O percentual fixado no Anexo Único desta Lei Complementar incidirá sobre o valor do vencimento do nível MAG-12-A da carreira do Magistério Público Estadual, observada a proporcionalidade da carga horária exigida para o exercício das funções de que trata esta Lei Complementar." (NR)

Art. 8º O Anexo XIII da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar em conformidade com o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 9º O art. 2º da Lei Complementar nº 305, de 17 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os servidores designados para o exercício da função de Diretor e Assessor de Direção dos Centros de Educação Profissional - CEDUP da rede pública estadual perceberão o percentual da função de acordo com o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Nos Centros de Educação Profissional Agrotécnico, os servidores designados para a função de Diretor, perceberão o percentual pela Dedicação Exclusiva - DE, considerando somente o número de alunos, independente do número de turnos." (NR)

Art. 10. Fica acrescido o inciso VII ao art. 59, da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, com a seguinte redação:

"Art. 59. .....

VII - Qualificação Profissional."

Art. 11. Fica acrescido o inciso VII ao art. 9º, da Lei nº 8.391, de 13 de novembro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

VII - Professor - Área 7

Habilitação - código 100 - 90% de PE MAG-4-A"

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Julio Garcia

Presidente

ANEXO ÚNICO

"ANEXO XIII

FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

(Lei Complementar nº 381, de 2007)

Denominação da Função	Quantidade	Percentual (*)
Coordenador de Grupo de Trabalho	14	100%
Articulador de Serviços de Gabinete e de Coordenação	09	90%
Assistente de Serviços de Gabinete e de Coordenação	06	70%
Articulador de Serviços Jurídicos	06	90%
Assistente de Serviços Jurídicos	02	70%
Articulador de Desenvolvimento Humano	25	90%
Articulador de Gestão de Pessoal	15	90%
Assistente de Gestão de Pessoal	20	70%
Articulador de Serviços Técnico Pedagógicos	25	90%
Assistente de Serviços Técnico Pedagógicos	10	70%
Assistente de Educação e Projetos	08	70%
Articulador de Serviços Técnico Administrativos	15	90%
Assistente de Serviços Técnico Administrativos	18	70%
Assessor de Grupo de Trabalho	25	50%
Articulador de Serviços de Gabinete - CEE	06	90%
Assistente do Conselho Estadual de Educação	04	70%
Supervisor de Atividades Administrativas	01	90%
Supervisor de Atividades Educacionais	02	90%
Integrador de Atividades Técnico Administrativas	17	70%
Integrador de Atividades Técnico Pedagógicas	04	70%
Integrador de Atividades Educacionais	04	70%
Responsável pela Escola de Aplicação do IEE	01	90%
Integrador de Serviços Educacionais do IEE	05	70%
Supervisor de Recursos Humanos do IEE	01	90%
Articulador de Grupo de Trabalho/IEE	25	30%
Supervisor Geral	17	100%
Supervisor de Educação	17	90%
Supervisor de Gestão de Pessoal	17	90%
Articulador de Tecnologia de Informação e Sistema de Registro Escolar	17	30%
Supervisor de Educação Especial/FCEE	01	90%
Integrador de Educação Especial/FCEE	02	70%
Articulador de Grupo de Trabalho/FCEE	20	30%
Supervisor de Atividades Educacionais Nucleares/FCEE	01	90%
Supervisor de Atividades Educacionais Extensivas/FCEE	01	90%
Coordenador do Centro de Atendimento Especializado/FCEE	11	70%

(*) Percentual incidente sobre o Nível MAG-10-A, 40 horas, do Grupo Magistério."

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 093/08

Declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Amigos da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades;

II- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/08

JUSTIFICATIVA

A Sociedade de Amigos da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Muller, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, tem sua sede no município de Blumenau, é uma entidade sem fins lucrativos e tem como finalidade garantir o acesso à informação e ao conhecimento à comunidade blumenauense, como forma de impulsionar o desenvolvimento cultural da coletividade. Tem como objetivos específicos: contribuir para o aprimoramento patrimonial, técnico e cultural da Biblioteca; incentivar projetos de acesso indiscriminado à informação, por meio de atividades já existentes, como Bibliotecas Ambulante, e a formação de Bibliotecas de Extensão nas comunidades distantes do centro da cidade; estimular o gosto pela leitura, pela escrita e a difusão da literatura por meio de eventos e serviços, como saraus literários, visitas orientadas e outras formas que contribuem para a formação de leitores críticos e criativos.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 094/08

Declara de utilidade pública a Fundação Vida Nova, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Vida Nova, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente
Sessão de 09/04/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública estadual a Fundação Vida Nova, de Balneário Camboriú.

Trata-se de entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja finalidades precípuas constituem-se em prestar assistência social às pessoas carentes, instituição de programas educativos sobre noções básicas de higiene, saúde preventiva, e prestação de atendimento clínico-ambulatorial e assistência educacional, fomentando a inclusão social.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja reconhecida de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 095/08

Institui a Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana de que trata o *caput* será comemorada, anualmente, no período compreendido entre os dias 21 a 28 de agosto.

Art. 2º A Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais consistirá de um programa oficial que contenha atividades sobre as temáticas: inclusão social, educação especial, geração de oportunidades de trabalho, esporte e lazer, divulgação de avanços técnico-científicos e médicos que visem ao bem-estar dos portadores de necessidades especiais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 09/04/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa instituir no calendário oficial do Estado a Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, no mesmo período do calendário nacional, oficializando a data no nível estadual e permitindo que as Secretarias e órgão competentes planejem o evento, alocando projetos e recursos orçamentários e firmando parcerias com o setor privado e as organizações não-governamentais (ONG's) de defesa dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, para promover as iniciativas de acessibilidade e inclusão dessas pessoas na sociedade catarinense.

Há anos essa Semana é habitualmente comemorada no período de 21 a 28 de agosto, seguindo o calendário Nacional instituído pelo Decreto Federal nº 54.188/1964, ainda com o nome de Semana Nacional da Criança Excepcional, e nesses anos a data vem sendo utilizada pelos diversos segmentos de portadores de necessidades especiais como um momento oportuno para debater com a sociedade o tema da inclusão.

A observância desse período comemorativo, num contexto de avanços e fracassos da causa, tem sido um fator decisivo que ajuda a manter viva a luta por seus direitos, pois tem servido de égide e marco de referência para numerosas ações organizadas e bem sucedidas promovidas por governos e setores privados que se propõem a melhorar a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais. Este é o caso de Santa Catarina onde, embora não possuindo no calendário oficial uma data específica, os órgãos e entidades ligados à causa, adotaram a mesma data da legislação federal.

A Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais terá um papel de destaque na consecução da meta ideal: uma sociedade para todos, a sociedade inclusiva, onde não existam barreiras (arquitetônicas, sistêmicas e atitudinais) que segreguem pessoas em função de sua necessidade ou qualquer outra condição atípica, juntamente com a consulta e o estímulo à participação em todos os processos de tomada de decisão que afetem diretamente a sua condição.

Dessa forma, para dar continuidade a este projeto de lei que é relevante para a inclusão das pessoas portadoras das necessidades especiais, peço apoio dos nobres Pares para aprovação desta propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 096/08

Autoriza o Governador do Estado a criar gratificação de compensação orgânica para os policiais civis e militares, tripulantes e pilotos de aeronaves, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 1º Autoriza o Governador do Estado a criar gratificação de compensação orgânica para os policiais civis e militares, tripulantes de aeronaves, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 09/04/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa autorizar o Governador do Estado a criar gratificação de compensação orgânica do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Hoje, a iniciativa privada recruta funcionários altamente qualificados dos serviços públicos, oferecendo-lhes salários mais atrativos. Esse recrutamento ocorre porque, dessa forma, o investimento na qualificação do pessoal, por parte de quem recruta, torna-se ínfimo, o que vem causando grande prejuízo ao Governo do Estado, que investiu na qualificação desses profissionais.

Assim, para dar continuidade a este projeto de lei, que é relevante para que sejam valorizados os servidores que desempenham essa função, fazendo com que a defasagem com relação à iniciativa privada seja atenuada, conto com o apoio de Vossas Excelências.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 097/08

Concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário ao Senhor Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 09/04/08

JUSTIFICATIVA

Presidente Eleito do TJ
Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho

- Natural de Niterói/RJ;
- Advogado em Curitiba - Paraná até 14/05/68
- Graduado pela Universidade Católica do Paraná em 1964, iniciou a carreira jurídica como advogado em Curitiba, no escritório do advogado Dr. Élio Narézi;
- Ingressou para a magistratura catarinense como juiz substituto na comarca de Blumenau, em 14/5/1968;
- Como juiz de direito, atuou nas comarcas de Palmitos, Orleans, São Francisco do Sul, Joaçaba (1ª e 2ª Varas) e Florianópolis (6ª Vara Cível);
- Mestre em Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, com a dissertação "A Inconstitucionalidade Perante o Judiciário";
- Juiz Corregedor, quando Corregedora-Geral da Justiça a Dra. Thereza GrisóliaTang;
- Promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça em 1989;
- Corregedor-Geral do TRE-SC de 25/3/1995 a 25/3/1996;
- Presidente do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 1996/1997;
- Presidente do TRE-SC no período de 25/3/1996 a 24/3/1997;
- Presidente do Colégio dos Corregedores da Justiça do Brasil - 1998/1999;
- Corregedor-Geral da Justiça - 1998/2000;
- Presidente da Segunda Câmara de Direito Público;
- Presidente do Grupo de Câmaras de Direito Público;
- Presidente da Seção Civil do Tribunal de Justiça;
- Atuante no meio acadêmico, leciona na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (graduação) e Universidade Federal de Santa Catarina.

Em razão desse histórico, e por toda a contribuição em favor de Santa Catarina é que apresento o presente Projeto de Lei, para conceder ao Desembargador Francisco Oliveira Filho, o título de Cidadão Honorário, convidando aos parlamentares desta egrégia Casa de Leis a aprová-lo.

*** X X X ***